

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E
EDUCAÇÃO BÁSICA

ANDRÉA PIRES RIBEIRO

MULHERES NA CÂMARA MUNICIPAL
DO RIO DE JANEIRO: Debatendo gênero,
política e dominação nas aulas de Sociologia
da Educação Básica

Rio de Janeiro
2022

ANDRÉA PIRES RIBEIRO

MULHERES NA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO:

Debatendo gênero, política e dominação nas aulas de Sociologia da Educação Básica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais.

Orientadora Professora Dra. Janecléide Moura de Aguiar M^a em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-IFCS, 1997); Dra. em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-IP-EICOS, 2016).

Rio de Janeiro
2022

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

R484 Ribeiro, Andréa Pires

Mulheres na câmara municipal do rio de janeiro: debatendo gênero, política e dominação nas aulas de Sociologia da Educação Básica / Andréa Pires Ribeiro. – Rio de Janeiro, 2022.

51 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Ciências Sociais e Educação Básica) – Colégio Pedro II. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Janecleide Moura de Aguiar.

1. Ciências Sociais - Estudo e ensino. 2. Sociologia - Estudo e ensino. 3. Mulheres na política Brasil. 4. Movimentos Sociais. I. Aguiar, Janecleide Moura de. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 300

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 – 5692.

ANDRÉA PIRES RIBEIRO

MULHERES NA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO:

Debatendo gênero, política e dominação nas aulas de Sociologia da Educação Básica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais e Educação Básica.

Aprovado em: 12/09/2022.

Prof^a. Dra. Janecleide Moura de Aguiar
ECSEB-Colégio Pedro II

Prof^a. Ma. Clarissa Tagliari Santos
ECSEB-Colégio Pedro II

Prof^o. Me. Vinícius Mayo Pires
DS- Colégio Pedro II

Dedico este trabalho aqueles que ao longo de minha jornada contribuíram e continuam a contribuir para a minha, para sua, para a nossa formação enquanto indivíduos e cidadãos, os professores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do Curso de Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica do Colégio Pedro II que se mantiveram resilientes perante esse momento pandêmico, em especial a Dra. Janecléide Moura de Aguiar, minha orientadora, pela generosidade, paciência, dedicação em compartilhar seus conhecimentos e me conduzir nessa jornada de pesquisa e aperfeiçoamento acadêmico, aos meus colegas de turma que ao relatarem suas experiências e vivências no universo da sala de aula me incentivaram a permanecer no curso, a minha família, meu muitíssimo obrigada.

“Somos 1/3 da população, nossa representatividade no sistema eleitoral brasileiro é fruto do engajamento de mulheres que a frente de seu tempo, pleitearam a igualdade por direitos, sobretudo o direito de votar e ser votada. Cabe a nós darmos continuidade nesse processo reiterado de conquistas de fato e de direito (ainda não somos 1/3 das cadeiras da Câmara Municipal) de modo a fortalecer a diversidade de interesses, opiniões e perspectivas do que se entende por uma democracia representativa.”

Andréa Pires Ribeiro, 2022

RESUMO

RIBEIRO. Andréa Pires. Mulheres na Câmara Municipal do Rio de Janeiro: debatendo gênero, política e dominação nas aulas de Sociologia da Educação Básica.2022. Trabalho de Conclusão Curso Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro. 2022.

Resumo: O presente trabalho pretende contribuir para diversificar o debate sobre as questões que envolvem a luta das mulheres no campo da política representativa, com especial preocupação de oferecer subsídios conceituais e metodológicos para professores da Educação Básica abordarem essa temática com seus estudantes. Na medida em que a análise de dados caracteriza uma situação de baixa representação e representatividade das mulheres no sistema eleitoral brasileiro, cabe buscar caminhos para problematizar esse quadro. Assim, sugere-se ao professor abordar aspectos históricos do movimento sufragista no Brasil, em confluência com biografias de lideranças femininas atuantes, destacando mudanças estruturais na organização social e política nacional, além da legislação relacionada ao tema.

Palavras-chaves: representação, participação e representatividade feminina na política

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. DESENVOLVIMENTO DO TEMA EM SALA DE AULA: DILEMAS E CAMINHOS	12
2.1. A constituição dos direitos políticos das mulheres no Brasil: recuperando aspectos biográficos em associação com mudanças estruturais	14
2.1.2 Constituições brasileiras, projetos de reforma eleitoral e os eleitores.....	21
2.1.3 A legislação específica sobre o tema e a Constituição Federal de 1988	24
3. REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE.....	27
3.1 Uma análise de dados sobre a representação feminina na Câmara de Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro.....	27
3.2 Representatividade: Trajetória e perfil de quatro vereadoras na Câmara da cidade do Rio de Janeiro.....	29
3.2.1 Perfil familiar: trajetória política familiar, com base partidária progressista	30
3.2.2 Perfil ambientalista/acadêmico: trajetória política no caminho da preservação dos ecossistemas e base partidária progressista	31
3.2.3 Perfil representatividade popular/gênero: trajetória política de liderança comunitária e ideologia partidária progressista	32
3.2.4 Perfil Religioso: trajetória política pautada no conservadorismo	33
3.3 Estudo de caso para aprofundar o debate sociológico.....	34
3.3.1. Publicações no site.....	35
3.3.2 Publicações no <i>Twitter</i>	37
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	
I Trajetória de Aspásia Camargo	45
II Vereadoras eleitas 2008 à 2020.....	48
III Carta de Princípios. O movimento Cristão em Defesa da Família, denominado “Movimento Família”	51

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa dialoga, de forma estreita e direta, com minha trajetória pessoal e acadêmica. Ao participar de algumas passeatas como o movimento pelas “Diretas Já”¹ e vivenciar esse período de transição democrática, tudo isso acabou sendo uma experiência engrandecedora, especialmente pelos temas abordados que eram como um vislumbre do voo de um biplano pela imensidão, num verdadeiro céu de expectativas pela (re)tomada de direitos.

Nasci numa família tradicional que não teve acesso à escola, mas com sólidos valores que auxiliaram na construção do meu caráter como filha e como pessoa. Ao mesmo tempo, a pluralidade sempre esteve presente, seja na religiosidade ecumênica, seja na inclusão de pertencimento à família, ensinamento de cultivar e praticar o respeito mútuo. Além do pensamento, aliás pouco convencional, de que o melhor casamento para uma mulher era a sua independência (intelectual e financeira). Crescer numa família de mulheres com personalidades distintas e complementares representa um desafio gratificante, de trajetórias construídas com muita união, força e solidariedade.

E nessa linha de pensamento, se a escola é o caminho, o(a) professor(a) seria equivalente a figura do escultor na construção do conhecimento para moldar os futuros cidadãos. Não obstante, o ensino médio possui um papel engrandecedor na vida do indivíduo, mais do que o caminho do meio (rito de passagem para o ensino superior) pode proporcionar inúmeras possibilidades, dentre elas o despertar do interesse pela política.

No ensino médio conheci o grêmio estudantil do Colégio Estadual Pedro Álvares Cabral (1984), através de seu presidente Willian Campos², onde tive a oportunidade de interagir com as demandas dos estudantes da época como a eleição do(a) diretor(a) do colégio pelos professores e alunos e a concessão da meia passagem, pois não existia vale transporte, quiçá passe estudantil. A participação em campanhas eleitorais, panfletagem, boca de urna, se fizeram presentes, mas faltava ingressar na Universidade. E a jornada, por mais que tenha sido planejada, acabou esbarrando em certas limitações que impediram momentaneamente a fluidez do projeto.

Bem mais tarde apenas quando surge então o PROUNI, bolsa de 100% para o curso de Direito, pude ingressar na vida acadêmica. Rotina intensa, de cinco anos de dedicação conjunta

¹ Movimento popular pelo fim da Ditadura Militar e pela redemocratização do país. Dentre os diversos direitos democráticos que haviam sido retirados da população, a Emenda Dante de Oliveira, propunha naquele momento uma eleição direta para Presidente da República, com mandato de 5 anos e sem direito à reeleição, em abril de 1984, acabou sendo infrutífera.

² Professor de história, educador popular, coordenador geral na empresa Pré-Enem Popular Iara Iavelberg, Prefeitura Municipal de Maricá, pai do Lucas e da Lara Campos.

ao trabalho formal. Com a descoberta de uma doença autoimune, foram quase três anos afastada de tudo. Em 2013 inicia-se o curso de licenciatura em Ciências Sociais no IFCS/UFRJ³. Em 2015, a aprovação no certame da OAB/RJ e a publicação da lista de aprovados um ano após o desencarne de minha mãe.

Ao participar como mesária voluntária das eleições civis nos anos de 2018 e 2020, percebi a ausência, ou melhor a baixa representatividade das mulheres em cargos legislativos. Essa constatação, junto com elementos da minha própria trajetória contribuíram para a escolha do tema desenvolvido no TCC da Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica do Colégio Pedro II.

Desta forma este trabalho se propõe a discutir aspectos estruturais, enraizados em nossa história política e cultural, que acabam por impedir a plena consolidação da Lei de Cotas nº 9.100/1995, tendo em vista a dificuldade de se garantir minimamente a participação das mulheres no sistema eleitoral brasileiro.

³ Um sonho dos 18 anos, ceifado pela nota em química (Cesgranrio), e, desencarne de minha irmã mais velha.

2. DESENVOLVIMENTO DO TEMA EM SALA DE AULA: DILEMAS E CAMINHOS

A problematização relativa ao tema precisa estar presente nos debates e estudos realizados nas salas de aula da Educação Básica, uma vez que mesmo com o advento da Lei de Cotas (Lei nº9540/97), não se consegue garantir o percentual mínimo da presença das mulheres nas listas partidárias, de modo que os princípios da isonomia e liberdade possam ser de fato exercidos. Pois, o “art.10, § 3º (...) deverá reservar o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”⁴, o que sugere a existência de candidatura laranja.

Segundo Bernardo Lahire, a Sociologia assume um papel importante nos currículos escolares, de discutir questões centrais para a vida coletiva. Argumento corroborado pelo trecho que se segue:

(...) O que seriam as representações do mundo social dos jovens “lycéens” sem um conhecimento mínimo do mercado econômico, das organizações produtivas e da estratificação social, das desigualdades econômicas, sociais ou culturais, das estruturas de parentesco e das formas contemporâneas da família, dos processos de socialização ou dos determinantes sociais de consumo? (LAHIRE, 2020, p.59)

O autor ainda descreve as Ciências Sociais como “filhas da democracia”, o que faz com que sejam rechaçadas pelos regimes conservadores e eliminadas pelas ditaduras. Mas, para Lahire, o grande perigo seria discutir questões sociológicas apenas pela narrativa dos “especialistas da comunicação política”. Por isso, seria tão importante trazer o repertório da disciplina para a Educação Básica, no sentido de problematizar situações de desigualdade, dominação e opressão – em especial em se tratando da Democracia e do Estado Democrático de Direito.

No caso do Brasil, a história da Sociologia como disciplina escolar, mesmo que marcada por períodos de intermitência, acumulou uma tradição de desenvolver temas, problemas, questões e conceitos relacionados com a formação política dos estudantes. Na prática, a baixa participação feminina na política representativa precisa estar ancorada nesse conjunto mais amplo de conceitos.

Sem abdicar de princípios acadêmicos e incorporando princípios das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM), com a “desnaturalização” e o

⁴ Lei 9504/95, art.10,§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.(Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

“estranhamento”, a Sociologia ocupa um lugar de destaque na composição escolar da Educação Básica, contribuindo para que o aluno desenvolva o pensamento crítico.

Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a Sociologia passa a figurar dentro da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Embora não seja o objeto do trabalho, cabe ressaltar que com a BNCC e a premente implementação do Novo Ensino Médio nas escolas brasileiras, o ensino da Sociologia e de outros conteúdos disciplinares acabaram sendo diluídos por uma lógica de formação de Áreas de conhecimento. Assim, o argumento da interdisciplinaridade acaba escondendo uma fragmentação da Sociologia e de outras disciplinas da composição curricular da Educação Básica.

A despeito de seu caráter superficial e sintético, o referido documento ainda permite localizar um determinado aporte conceitual que dialoga com a temática em questão:

A política é entendida enquanto ação e inserção do indivíduo na pólis, na sociedade e no mundo, incluindo o viver coletivo e a cidadania. As discussões em torno do bem comum e do público, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área. (p. 567, BNCC)

Seguindo os caminhos da BNCC, ainda que com uma boa dose de problematização e crítica, especialmente por seu caráter simplificador, cabe evidenciar a “competência específica 6”:

Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

E a referida “competência” aparece em conexão com seis “habilidades”, dentre as quais destacamos duas⁵ relacionadas diretamente com esse trabalho. Assim, aparecem os conceitos de Estado, poder, governo (formas, sistemas e regimes), soberania, justiça, igualdade, fraternidade, dentre outros.

⁵ (EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).

(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.

Em linhas gerais, este poderia representar um caminho, constituído a partir do documento oficial, para desenvolver entre os alunos o “protagonismo juvenil”⁶. No entanto, a presente proposta de trabalho visa mobilizar e detalhar uma metodologia de problematização da realidade, capaz de transformar o cotidiano dos jovens estudantes.

2.1. A constituição dos direitos políticos das mulheres no Brasil: recuperando aspectos biográficos em associação com mudanças estruturais

Se para Charles Wright Mills, a “imaginação sociológica” consiste numa prática de tomada de consciência, onde a capacidade de conexão com situações da realidade se apresenta de formas singulares, isto é, os homens podem perceber o que está acontecendo no mundo, e compreender o que acontece com eles, como minúsculos pontos de cruzamento da biografia e da história, na sociedade (MILLS, 1969, p.14).

Em sala de aula, o(a) professor(a) de Sociologia pode recorrer ao tripé reflexivo proposto por Mills – de perceber as relações entre história, biografia e estrutura social – no sentido de motivar uma reflexão sobre a desigualdade social e a “naturalização” do poder das elites. E, assim, pensar a seguinte problematização: quais os grupos sociais têm uma “possibilidade objetiva de poder”?

Portanto, destacando a relação entre os indivíduos e a sociedade, o(a) docente cria uma oportunidade para problematizar com os jovens estudantes a reprodução de valores sociais que podem culminar com um comportamento apolítico. Tomando como base a proposição do autor, o presente trabalho sugere que o(a) professor(a) utilize biografias para desenvolver atividades pedagógicas.

Como a participação das mulheres na política brasileira tem se mostrado um reiterado movimento na busca por direitos, dentre eles o direito de votar e ser votada. De tal maneira, sugere-se ao (à) professor(a) a elaboração de “fichas biográficas”⁷ com pontos de interesse sobre o tema.

⁶ Termo atribuído ao pedagogo mineiro Antonio Carlos Gomes da Costa. Em sua obra *Protagonismo Juvenil – adolescência, educação e participação democrática*, que o define como o envolvimento do jovem estudante em atividades que vão além do seu universo pessoal e familiar, gerando efeitos na vida em sociedade. <https://sae.digital/protagonismo-juvenil/>

⁷ No contexto da Revolução Francesa, a revolucionária Olympe de Gouges (1755-1791) ficou conhecida por ter escrito a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, sendo portanto uma relevante figura na história da luta pelo sufrágio feminino.

Assim, para fins de demonstração, partiu-se da seleção da biografia de duas brasileiras, com formações acadêmicas e estrutura familiar distintas, cujo ativismo político e complementar foram cruciais para aquisição e efetivação dos direitos das mulheres. Bertha Lutz, cientista, também reconhecida pelo seu ativismo político, pela sua militância pelos direitos políticos das mulheres, por esta ser a mais citada no âmbito acadêmico. E, Leolinda Daltro, figura atuante e pouco conhecida, em comparação com Bertha Lutz, talvez em função de suas origens (classe) e por romper com valores tradicionais, relacionados com a família patriarcal, apesar de toda sua contribuição para o voto feminino no Brasil.

Dentro desse tema, o conceito de patriarcado, e a conseqüente dominação masculina, também precisa compor reiterados diálogos do(a) docente com os estudantes, no sentido de consubstanciar questionamentos para a construção do pensamento crítico e possíveis soluções para a (re)construção de uma sociedade mais equitativa. De tal maneira, cabe trazer uma visão teórica sobre o conceito. Para Saffioti (2004), o patriarcado representaria um conjunto de relações hierárquicas e assimétricas entre homens e mulheres, presente em todos os espaços sociais. Tendo como resultante a opressão feminina: a exploração no espaço privado (da família) e a exclusão no espaço público (da política).

A primeira biografia marca a presença da mais conhecida feminista e ativista dos direitos políticos das mulheres no cenário nacional da época: Bertha Lutz.

Quadro 1

Bertha Maria Júlia Lutz (SP,02/08/1894 – RJ, 16/09/1976),
Mini Bio Cientista (zoóloga), advogada, diplomata, educadora, política e ativista feminista.
Oponentes
Aliadas Duas descendentes da nobreza (Jerônima Mesquita e Maria Eugênia Celso) uma advogada e primeira figura feminina a atuar em júris no Brasil (Mirtes Campos uma professora (Maria Lacerda de Moura), uma engenheira (Carmen Portinho), uma escritora (Stella Duval), além de uma sufragista norte-americana (Carrie Chapman Catt).
Contribuições. Integrante da delegação diplomática brasileira, em 1945, na conferência em que foi redigida a Carta das Nações Unidas. E da delegação brasileira na Conferência do Ano Internacional da Mulher, no México, em 1975.
Publicações Lutz, Bertha. A função educativa dos museus. Série Livros do Museu Nacional (vol. 33) Rio de Janeiro: Faperj, 2008. Em geral, as buscas de publicações da autora na internet não geram muitos resultados. A seguinte publicação, traz farto material sobre a trajetória da autora, além de pequenos textos de fácil leitura de autoria da mesma. O que é necessário fazer? (pg.103); Nova era (página 104); Educação, associação, organização (pg. 105); Em que consiste o feminismo? (pg. 106) (http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4693.pdf)

<p>Atividades profissionais Aprovada, em 1919, para o cargo de bióloga no concurso público do Museu Nacional, quando a presença de mulheres na ciência era muito rara, em especial nos espaços públicos.</p>
<p>Entidades Em 1919 criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher que originou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)⁸,</p>
<p>Candidaturas Em 1933 foi candidata a deputada federal pelo Partido Autonomista do Distrito Federal (Rio de Janeiro), não logrou êxito. Mas, em julho de 1936, assumiu o mandato de deputada no lugar de Cândido Pessoa (causa mortis).</p>
<p>Projetos legislativos Em mandato como parlamentar propôs mudanças na legislação referente ao trabalho feminino e infantil, igualdade salarial, licença maternidade de noventa dias e a redução da jornada de trabalho (13h/dia). Em 1937, o “Estado Novo”⁹ fechou as casas legislativas.</p>
<p>Estratégias Uso da imprensa para debate e divulgação das pautas sufragistas, pacifismo (contrária ao uso de armas), panfletos sufragistas (em algumas ocasiões lançados do ar, como na disputa pelo título de Celina Guimarães e Júlia Barbosa, como primeira eleitora potiguar.</p>

Visando evidenciar determinados pontos da trajetória de Bertha Lutz, o trabalho pedagógico com os estudantes pode ser desenvolvido por intermédio de um vídeo publicado na plataforma YouTube¹⁰. O material audiovisual permite destacar sua trajetória como mulher cientista e pesquisadora na área de Biologia, mas também como militante na luta pelo voto feminino e pela igualdade de gênero.

Dentre os 850 delegados presentes na Conferência de São Francisco – que culminou com a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945 –, contou com apenas 6 mulheres, sendo Bertha Lutz uma das signatárias do documento.

⁸ <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>

⁹ O Estado Novo foi um período autoritário da nossa história, que durou de 1937 a 1945. Foi instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo central, tendo a apoiá-lo importantes lideranças políticas e militares.

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>

¹⁰ Indicação de material para o professor: <https://www.youtube.com/watch?v=HI1v7PJI1OY>

Figura 1: Preâmbulo da Carta da ONU (1945)

“Nós, os povos das Nações Unidas, resolvimos a(...) reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres(...)”

Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-nacoes-unidas>

Cabe destacar o trecho de uma de suas publicações, em que Bertha Lutz discorre sobre a importância da luta feminina associativa, buscando agregar categorias de trabalhadoras.

As mulheres vivem dispersas. É necessário associá-las. Divididas, são fraqueza. Juntas, serão uma força. [...] as mulheres que vivem do seu próprio esforço [...], que precisam rodear-se de garantias e amparos na luta pela vida, que compete dar o primeiro passo na vida associativa. As quatro classes de mulheres que [...] podem organizar-se, criando e mantendo associações fortes e benéficas, são: as professoras, as datilógrafas [...], as costureiras, as operárias. As [...] vantagens dessas associações seriam a defesa coletiva de interesses, a assistência à maternidade, à enfermidade e à invalidez, a difusão da instrução. [...] (LÔBO, 2010. p. 32)

Ao percorrermos parte dessa trilha, para demonstrar os caminhos tortuosos do movimento sufragista no Brasil, pincela-se com maior detalhamento, a trajetória de Leolinda Figueiredo Daltro, por ter sido uma figura que sofreu um “ofuscamento”, seja por ser origem de classe ou mesmo por suas posições políticas mais radicais.

A citação abaixo descreve, em poucas palavras, a importância e a contribuição das ações dessa ativista no início do século XX, na primeira fase do movimento feminista brasileiro, em sua caracterização sufragista. Embora seja uma homenagem póstuma feita pela família, o texto destaca seu papel na difusão dos ideais feministas e no tratamento igualitário das camadas populares e dos povos indígenas – chamadas na época de selvícolas.

“MAMÃE – NOSSO OURINHO, 14/07/1859 – 04/05/1935, PRECURSORA DO VERDADEIRO FEMINISMO PÁTRIO, PROPUGNADORA DA NOBILITAÇÃO DOS HUMILDES, E HUMANIZAÇÃO DOS SELVÍCOLAS”¹¹. (Frase do epitáfio de Leolinda no Cemitério São João Batista- RJ)

¹¹

https://www.researchgate.net/publication/273176595_Os_primordios_do_movimento_sufragista_no_Brasil_o_feminismo_patrio_de_Leolinda_Figueiredo_Daltro/link/55e4712208aede0b57356fc3/download

Quadro 2

Leolinda Figueiredo Daltro (1859-1935)
Mini Bio Ativista baiana, professora, mãe, separada, defensora da emancipação política das mulheres, enfrentando os setores patriarcais da época.
Oponentes Enfrentou a resistência por parte da Igreja e dos proprietários de terras, detentores do poder no triângulo mineiro no Brasil do final do século XIX.
Aliadas Orsina da Fonseca ¹² e Gilka Machado ¹³ , se posicionavam no cenário político carioca com críticas a ausência concreta de mulheres no espaço público, situação que implicava em efeitos para a consolidação da cidadania.
Contribuições. Precursora da educação laica para as populações indígenas (alfabetizou essas populações durante cinco anos nos lugares mais longínquos de Goiás).
Publicações DALTRO, Leolinda Figueiredo, 1920. <i>Da catequese dos índios do Brasil</i> ¹⁴ (notícias e documentos para a história) 1896-1911. Typ. da Escola Orsina da Fonseca, Rio de Janeiro. O livro publicado quase uma década, depois de suas andanças pelos sertões, momento em que vivenciou situações vexatórias por parte das comunidades por onde passou – por exemplo na cidade de Uberaba/MG, com perseguições por parte da elite local, sendo chamada de mulher do diabo.
Atividades profissionais Dirigiu a Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca (bairro da Tijuca), na qual defendia a igualdade entre os sexos.
Entidades Fundou o Grêmio Patriótico Leolinda Daltro, passando a frequentar solenidades cívicas acompanhada de alguns índios oriundos de suas incursões pelo interior, de modo a garantir-lhe espaço na imprensa. Apesar dessa presença constante, ela nem chegou a ser convidada para a cerimônia de fundação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) pelo governo federal, em 1910. Fundou em 1910 o Partido Republicano Feminino, cuja finalidade era a mobilização das mulheres para defender o direito de votar. Criou a Linha de Tiro Feminino Orsina da Fonseca (treinamento com armas de fogo).
Candidaturas Intendência Municipal em 1919 e candidata a deputada federal em 1933.
Estratégias Uso da imprensa para mobilizar a discussão sobre a cidadania parcial das mulheres no início do século XX, (em 1918, o jornalista Carlos de Laer e a professora Leolinda defenderam em

¹² Orsina Francioni da Fonseca (1858-1912), ativista política, primeira mulher do presidente Hermes da Fonseca.

¹³ Gilka da Costa de Melo Machado (1893-1980), romancista e poetisa brasileira do século XX. Considerada poetisa temática erótica feminina e uma escritora do movimento simbolista na literatura brasileira.

¹⁴

https://books.google.com.br/books/about/Da_catechese_dos_indios_no_Brasil.html?id=bpUzAQAIAAJ&redir_esc=y

uma publicação¹⁵ o direito de Maria José Rabelo, aprovada em certame público, ocupar um dos quadros diplomáticos do Itamarati).

A realidade política das mulheres brasileiras, na primeira década do século XX, era marcada por poucos espaços de participação. A Constituição de 1891 determinava que somente um “cidadão pleno” possuía o direito de votar, desde que preenchesse requisitos como ser alfabetizado, ter interesse pela vida pública, defender a coletividade e ter condições para ir à luta armada¹⁶.

Mesmo com a criação do Partido Republicano Feminino (1910), este não podia receber votos, já que era composto apenas por mulheres – segmento excluído das eleições naquele momento.

Não é realmente justo que quando se dá ao homem inculto o direito de voto, de intervenção nas coisas públicas, se negue à mulher instruída (que as há em grande número, principalmente nesta Capital) esse mesmo direito. A grande maioria do professorado municipal desta cidade é constituído por mulheres. São elas que dão instrução aos futuros cidadãos, que têm sobre os ombros a difícil tarefa de preparo das novas gerações. Se a lei lhes deu tão grande responsabilidade; se o Estado reconhece a sua capacidade para tão alta função, qual seja a de educar e instruir a mocidade; se a Escola Normal, Oficial, lhes conferiu um diploma que lhes habilita para esse espinhoso mister – como admitir que esse mesmo Estado possa negar-lhes capacidade para a simples escolha dos que devam ser os representantes do país nas assembleias legislativas e nos altos postos da administração pública? É o maior dos absurdos. (SANTOS, 2016)

A professora Leolinda lançou-se candidata, em 1919, a Intendência Municipal do Distrito Federal¹⁷, cargo que possibilitaria ações concretas para a emancipação das mulheres,

¹⁵ Tal publicação teve a empatia de muitos leitores, mas também despertou a repulsa de outros leitores mais conservadores, como o leitor Turíbio Rabioli, militar, que enviou uma carta direcionada ao jornalista demonstrando seu inconformismo, pois em seu entendimento as mulheres que defendiam a cidadania plena tinham o interesse na masculinização do próprio sexo.

¹⁶ Leolinda requereu seu alistamento eleitoral, pedido recusado pelas autoridades públicas.

¹⁷ Cargo semelhante ao de prefeito.

Figura 3: Panfleto da campanha eleitoral de Leolinda de Figueiredo Dalto, para o cargo de Deputada Federal Constituinte em 1933



Fonte: Arquivo Nacional

Leolinda declarou que sua candidatura seria uma plataforma para as mulheres denunciarem a desigualdade social e de gênero. O trecho a seguir foi transcrito de uma entrevista concedida a uma revista feminina, em outubro de 1910, no período de sua campanha:

“Como mulher que sou, com um sentido superior de altruísmo, tenho me preocupado com a necessidade de minorar o sofrimento humano e de se atingir uma melhor distribuição da Justiça.”
(<https://www.mulheresdeluta.com.br/leolinda-daltro/>)

Visando discutir o contexto da época, o(a) professor(a) pode realizar uma leitura crítica de parte do Estatuto do Partido Republicano Feminino.

Quadro 3

Trecho do Estatuto do Partido Republicano Feminino (registrado no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 1910)

“Art. 1º De acordo com o art. 72, §8º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, fica fundado o Partido Republicano Feminino, que obedecerá ao seguinte programa:

§1º Congregar a mulher brasileira na capital e em todos os estados do Brasil, a fim de fazê-la cooperar na defesa das causas relativas ao progresso pátrio.

§2º Pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, exalçando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho, diante da civilização e do progresso do século.

§3º Estudar, resolver e propor medidas a respeito das questões presentes e vindouras relativas ao papel da mulher na sociedade, principalmente no Brasil, pleiteando as suas causas perante os poderes constituídos, baseando-se nas leis em vigor.

§4º Pugnar para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira.

§5º Propagar a cultura feminina em todos os ramos do conhecimento humano.

§6º Estabelecer entre as congregadas o interesse pelas questões, progressivamente, desde o lar até a agricultura, o comércio, a indústria, a administração pública e as questões sociais.
 §7º Combater, pela tribuna e pela imprensa, a bem do saneamento social, procurando, no Brasil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo(...)¹⁸

Pode-se notar, nos primeiros artigos de seu estatuto o comprometimento em relação as demandas da época, de modo que viabilizassem a emancipação e participação das mulheres como por exemplo a possibilidade reuni-las de modo que pudessem cooperar para o desenvolvimento do país; ocupar espaços acadêmicos e públicos como pesquisadoras e na elaboração de propostas sobre as questões relativas ao papel da mulher; batalhar pela extensão dos direitos constitucionais às mulheres; propagar a “essência feminina”¹⁹; conscientizá-las gradualmente nos diversos segmentos da sociedade e, sobre as questões sociais norteadoras da condição da mulher e a extinção de toda e qualquer exploração relativa ao sexo.

2.1.2 Constituições brasileiras, projetos de reforma eleitoral e os eleitores²⁰

Quadro 4

CF (1824)	Voto censitário dos “cidadãos ativos”, homens livres maiores de 25 anos. Para o governo local com renda anual mínima de 100 mil réis (ou bens no mesmo valor); e para as eleições de deputados, senadores e membros das assembleias provinciais, apenas aqueles com renda anual mínima de 200 mil réis por ano.
Projeto de Lei (1834)	Parlamentares como José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) e Manuel Alves Branco (1797-1855) apresentaram um projeto de lei em que os eleitores seriam os chefes das famílias e não mais os cidadãos ativos, no entanto o PL não conseguiu ser apresentado ou votado.
Lei Saraiva (1881)	Voto facultativo e mais rigoroso em termos de renda e instrução (títulos acadêmicos e diplomas), tendo como principal efeito a diminuição do número de votantes.
Emendas (1891)	Emenda Zama e Emenda Saldanha Marinho defendiam o sufrágio feminino, apesar de apresentadas não foram aprovadas
CF de 1891	O texto da Carta Magna utilizava genericamente o termo “cidadão”, abrindo margem para que as juntas rejeitassem os pedidos de alistamento eleitoral feitos por mulheres adultas e com escolarização compatível.
PL de 1917	O deputado Maurício de Lacerda apresentou projeto de lei que ampliava o direito ao voto das mulheres, inclusive estabelecendo critérios de alistamento eleitoral, O PL foi arquivado ao ser considerado inconstitucional.
Código Eleitoral (1932)	Decreto nº 21.076 (24 de fevereiro de 1932), previa a criação da justiça eleitoral com eleições padronizadas e voto obrigatório, secreto e universal. Passou a assegurar o direito ao voto as mulheres (facultativo) casadas, desde que tivessem

¹⁸ Arquivo Nacional, fundo FBPF; Diário Oficial, (17/12/1910)

¹⁹ Com essa expressão tenta legitimar aquilo que feministas culturais consideram como atributos subestimados da mulher. Ela é também uma teoria que valoriza as diferenças das mulheres em relação aos homens.

²⁰ Quadro montado, com base na publicação. <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf>

	autorização dos maridos e as viúvas que tivessem renda própria. Em 1934, as restrições ao voto feminino foram eliminadas
CF (16 de jul. de 1934)	Possui diretrizes sociais, concede maior poder ao governo federal; art.108, voto obrigatório e secreto a partir dos 18 anos, igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres (sem restrições de estado civil, sendo facultativo, exceto para as servidoras públicas) mas mantendo proibição do voto aos mendigos e analfabetos; criação da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho; criação de leis trabalhistas, instituindo jornada de trabalho de oito horas diárias, repouso semanal e férias remuneradas; mandado de segurança e ação popular.
CF (1935)	Constituição Federal, a Lei nº 48 de 1935, instituía em seu artigo 4º que o alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e, para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada. Parágrafo único. São isentos da obrigatoriedade de alistamento: a) os inválidos; b) os maiores de sessenta anos; c) os cidadãos a serviço do país no estrangeiro; d) os militares.
CF (18 de set. de 1946)	Tornou obrigatório o voto para homens e mulheres no país, desde que demonstrem ser alfabetizados Restabeleceu os direitos individuais, o fim da censura, da pena de morte e o equilíbrio entre poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; concedeu autonomia a estados e municípios e instituiu a eleição direta para presidente da República, com mandato de cinco anos, sem reeleição. Incorporou a Justiça do Trabalho e do Tribunal Federal de Recursos ao Poder Judiciário; pluralidade partidária; direito de greve e livre associação sindical; e condicionou o uso da propriedade ao bem-estar social, possibilitou a desapropriação por interesse social. Emendas Constitucionais: ato adicional, de 2 de setembro de 1961 (instituiu o regime parlamentarista, motivada pela crise político-militar após a renúncia do presidente de Jânio Quadro. Essa emenda previa consulta popular posterior, por meio de plebiscito popular (janeiro de 1963), o país retomou o regime presidencialista
Código Eleitoral (1965)	O voto feminino foi igualado ao voto masculino. Art. 6º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo
CRFB 1988	Estendeu o direito de voto a homens e mulheres analfabetos , que podem se alistar como eleitores. E no art. 14, § 1º, II, c: admissão do alistamento facultativo aos <u>maiores de 16 e menores de 18 anos</u> ; art. 14, § 1º, I e II: obrigatoriedade/facultatividade do alistamento e voto

Com isso, torna-se possível destacar alguns pontos fundamentais:

- a) A criação do Partido Republicano Feminino moldava um contexto de enfrentamento ao modelo de “cidadão pleno” definido pela República dos Estados Unidos do Brasil, no entanto sem possibilitar ainda condições plenas para a emancipação das mulheres;
- b) As mudanças constitucionais ao longo do tempo, com muitos dissensos e disputas.

A mulheres não podiam votar, mas não havia impedimento para vigorarem como candidatas. Indicada pela advogada feminista Bertha Lutz, Luiza Alzira Soriano²¹ disputou em

²¹ <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano>

1928 o cargo²² para a prefeitura do município de Lages /RN pelo Partido Republicano, sendo eleita com 60% dos votos. A primeira prefeita eleita no Brasil e na América Latina em sua gestão construiu novas estradas, mercados públicos distritais e escolas, instalando iluminação pública.

Com a nova Assembleia Constituinte (1934-1935), a médica, paulista Carlota Pereira de Queiroz foi eleita a primeira mulher deputada federal (SP). Como parlamentar sua atuação foi direcionada às questões sociais, basicamente na área da saúde pública.

O trecho de seu primeiro discurso, proferido em 14 de março de 1934, demonstra o seu comprometimento. E, ao mesmo tempo, representa uma oportunidade para o(a) professor(a) trabalhar com conceitos sociológicos, como status e papéis sociais, além da relação entre público e privado.

"Além de representante feminina, única nesta Assembleia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu país e identificada para sempre com os seus problemas. (...) Acolhe-nos, sempre, um ambiente amigo. Esta é a impressão que me deixa o convívio desta Casa. Nem um só momento me senti na presença de adversários. Porque nós, mulheres, precisamos ter sempre em mente que foi por decisão dos homens que nos foi concedido o direito de voto. E, se assim nos tratam eles hoje, é porque a mulher brasileira já demonstrou o quanto vale e o que é capaz de fazer pela sua gente. Num momento como este, em que se trata de refazer o arcabouço das nossas leis, era justo, portanto, que ela também fosse chamada a colaborar. (...) Quem observar a evolução da mulher na vida, não deixará por certo de compreender esta conquista, resultante da grande evolução industrial que se operou no mundo e que já repercutiu no nosso país. Não há muitos anos, o lar era a unidade produtora da sociedade. Tudo se fabricava ali: o açúcar, o azeite, a farinha, o pão, o tecido. E, como única operária, a mulher nele imperava, empregando todas as suas atividades. Mas, as condições de vida mudaram. As máquinas, a eletricidade, substituindo o trabalho do homem, deram novo aspecto à vida. As condições financeiras da família exigiram da mulher nova adaptação. Através do funcionalismo e da indústria, ela passou a colaborar na esfera econômica. E, o resultado dessa mudança, foi a necessidade que ela sentiu de uma educação mais completa. As moças passaram a estudar nas mesmas escolas que os rapazes, para obter as mesmas oportunidades na vida. E assim foi que ingressaram nas carreiras liberais. Essa nova situação despertou-lhes o interesse pelas questões políticas e administrativas, pelas questões sociais. O lugar que ocupo neste momento nada mais significa, portanto, do que o fruto dessa evolução." (<https://www.tre-rs.jus.br/otre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/biografias/carlota-pereira-de-queiroz>)

²² Alzira teve seu mandato interrompido, após sete meses de administração, pela Revolução de 1930 por não concordar com o governo de Getúlio Vargas. Em 1945 voltou a vida pública vereadora do município Jardim dos Angicos onde nasceu, sendo reeleita por mais duas vezes consecutiva (UDN), chegou a presidência da câmara mais de uma vez. Ela faleceu em 28 de maio de 1963, aos 67 anos.

As mulheres conseguiram alcançar o direito ao voto, uma vitória na luta pela emancipação política, mas esse direito só foi exercido nas eleições de 1935. No mesmo ano, no mês de maio, Leolinda faleceu num acidente de automóvel, mas seus exemplos de comprometimento e perseverança inspiraram a segunda geração de mulheres em sua emancipação política.

Em linhas gerais, percebe-se que Leolinda foi mais uma precursora esquecida pela academia, a Oaci-zauré²³, nome dado a professora pelo capitão Sepé líder do grupo Xerente em visita ao Rio de Janeiro (1896). Esse contato com os indígenas, acabou por despertar o interesse em propor um *projeto laico de educação indígena* (1920) na região do Brasil central (na época parte de Goiás, hoje estado do Tocantins), incluindo a defesa do direito ao voto a ser concedido ao indígena. Assim como a defesa de uma educação inovadora para as mulheres das classes média e pobres que permitisse o exercício de uma função laborativa que as amparassem em uma eventual luta pela subsistência/sobrevivência.

3.1.3 A legislação específica sobre o tema e a Constituição Federal de 1988

A fim de que se obtenha maior compreensão sobre o tema na sala de aula, o(a) docente de Sociologia precisa incluir na sua abordagem o período de redemocratização, destacando a Lei nº 6.683, popularmente conhecida como Lei da Anistia, sancionada em 28 de agosto de 1979.

Assim, inaugura-se um período de abertura política, lenta e gradual. A referida Lei foi sancionada ainda durante a ditadura militar, sendo fruto da mobilização social de inúmeros segmentos da sociedade, viabilizando o retorno de atores políticos que até o momento se encontravam no exílio. No processo de abertura política também foi retomado o pluripartidarismo²⁴, por intermédio da modificação da Lei Orgânica dos Partidos (Lei 6.767/79). Todavia, a insatisfação popular crescente se localizava no fato de que o Presidente da República ainda era militar.

Nesse diapasão, em março de 1983, o deputado Dante de Oliveira (PMDB) apresenta uma Emenda à Constituição com o objetivo de que nas eleições seguintes (1984) a população, após 23 anos sob o regime ditatorial, pudesse votar para Presidente da República. Com intensa

²³ Uma noite, contemplando o céu pontilhado de estrelas, uma destas mais o impressionou por seu brilho límpido e sereno. – Que pena não poder eu encerrar-te em uma cabaça para te mirar a meu contento! Sonhou o “si-psá” com sua estrela. No meio da noite acordou e qual não foi o seu espanto, sentindo a seu lado uma jovem de olhos cintilantes. Julgou uma tentação e afastou-a de si, dizendo-lhe que se fosse dali sem demora. – Mas eu sou a estrela brilhante, que desejaste possuir encerrada em tua cabaça! (A Estrela ÔÁ-CI) <https://www.redalyc.org/journal/869/86945261002/html/>

²⁴ Liberdade de existência de mais de dois partidos políticos.

mobilização popular e cobertura da mídia, as ruas brasileiras foram palco de muitas manifestações (entre março 1983 e abril de 1984). Apesar do apelo da campanha que ficou conhecida como “Diretas Já”, a Emenda foi rejeitada pela Câmara dos Deputados e as eleições para Presidente em 1985 ocorreram de forma indireta.

Em muitos momentos do planejamento pedagógico, o(a) professor(a) de Sociologia pode acionar mecanismos previstos pela Carta Constitucional de 1988, também chamada de Constituição Cidadã. No caso do trabalho proposto, cabe destacar o fato de ter sido fruto de lutas contra os anos antidemocráticos e o cerceamento de direitos humanos. Assim, seria importante conferir centralidade ao seu artigo 5º caput, que prevê “a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações”. Tal fato mudou o status jurídico das mulheres que, até então, se encontravam em posição de inferioridade e submissão em relação aos homens. De algum modo, também pode ter contribuído para a criação de um cenário favorável para a elaboração de leis que elencassem os tipos de violências²⁵ contra a mulher, tipificando-os como crimes.

Mesmo com a instituição da Lei n. 9 100/1995, responsável por estabelecer um percentual de 20% reservado para mulheres nas listas partidárias – valor revisto para as eleições de 1998, com a cota de 30% de participação – tal dispositivo não garante o mesmo percentual de cadeiras efetivamente preenchidas. Assim, percebe-se nitidamente uma participação não igualitária estruturalmente reproduzida, além de deficitária em recursos e de visibilidade secundária.

A Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) determinou que no pleito geral de 1998 o percentual mínimo de cada sexo fosse de 25%, sendo fixado para 30%, no mínimo, para as eleições posteriores (artigo 10, parágrafo 3º). Com a reforma eleitoral de 2009, Lei nº 12.034, instituiu novas disposições na Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995) como a aplicação dos recursos do Fundo Partidário na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação feminina na política (5% do total repassado ao partido) e o tempo mínimo de 10% da propaganda partidária gratuita.

Em 2015, a Lei 13.086 instituiu *O Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil*. Caso o(a) docente queira indicar uma pesquisa aos estudantes, utilizando ferramentas de busca na internet, estes podem encontrar inúmeras publicações, com atores sociais diversos. No caso da

²⁵ Formas de violência contra a mulher, art.7º, Lei 11.340/2006. <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/violencia-contra-a-mulher/formas-de-violencia-contra-a-mulher/>

pesquisa realizada, escolhemos uma publicação do Ministério Público Federal em sua página no Facebook²⁶, sendo possível destacar tanto mudanças históricas, quanto aspectos relacionados com a composição majoritária de mulheres nas eleições municipais de 2020, na ordem de 52,49% do total.



Figura 4

No dia 24 de fevereiro é comemorado o Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil, instituído pela Lei 13.086/2015. A data lembra a primeira legislação eleitoral brasileira que reconheceu o voto feminino: o Código Eleitoral (Decreto 21.076), de 1932. Mas as mulheres casadas só votavam com autorização dos maridos e as solteiras precisavam ter renda própria. Em 1946, o direito ao voto foi finalmente ampliado a todas as mulheres na Constituição. Desde então, os direitos das mulheres avançaram no espaço público-político. Uma das mais recentes conquistas para garantir a inclusão das mulheres foi a política afirmativa que obriga os partidos

a preencherem o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero. A previsão está na Lei 9.504/1997 e passou a vigorar nas eleições de 2002. O MP Eleitoral fiscaliza o cumprimento dessa cota e também foi fundamental para garantir o mínimo de 30% dos recursos públicos de campanhas para candidaturas de mulheres. A decisão foi do Supremo Tribunal Federal em ação proposta pela Procuradoria-Geral da República. Atualmente, as mulheres representam a maioria do eleitorado brasileiro. Nas Eleições Municipais de 2020, das 147.918.483 pessoas aptas para votar, elas eram 52,49% do total. Os homens foram 47,48%.

A Emenda Constitucional 97/2017 vedou a celebração de coligações nas eleições proporcionais para a Câmara Legislativa, assembleias legislativas e câmaras municipais, para as eleições de 2020. Ao mesmo tempo, também previa no ato do pedido de registro de candidaturas à Justiça Eleitoral, cada partido deveria, individualmente, indicar o mínimo de 30% de mulheres filiadas para concorrer no pleito – visto que, anteriormente, a indicação de mulheres para participar das eleições era por coligação e, agora, deveria ser por partido.

²⁶ **#PraTodosVerem**: Foto antiga de mulheres de mãos dadas numa passeata aplicada em cor lilás e o texto na parte superior centralizado: "24 de fevereiro - Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil". <https://www.facebook.com/MPFederal/photos/no-dia-24-de-fevereiro-%C3%A9-comemorado-o-dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasi/1871735366307192/>

3. REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE

Do ponto de vista pedagógico, cabe ao(à) professor(a) trabalhar uma distinção entre “representação e representatividade”. Em linhas gerais, enquanto a primeira se encontra pautada no sistema democrático e no princípio representativo, no qual o candidato eleito representa os eleitores, a segunda²⁷ possui um caráter mais sociológico, pois indica um sentido de identidade e a vinculação com lideranças políticas, causas e lutas de minorias.

Deve-se ressaltar que o princípio da representação constitucional (art. 17, §1º, da CF/88) possui um certo controle” face ao princípio da proporcionalidade elencado na Lei 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos), que condiciona a existência de um partido político ao percentual de representantes eleitos no território nacional.

3.1 Uma análise de dados sobre a representação feminina na Câmara de Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro

A metodologia de pesquisa definida utilizou mecanismos de busca em repositórios digitais na internet e uma revisão bibliográfica de artigos e publicações relacionados com a temática da participação feminina no espaço político²⁸, incluindo a legislação vigente²⁹, além de uma análise amostral de algumas biografias de mulheres eleitas para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

O quadro abaixo foi elaborado por intermédio de uma consulta aos dados disponibilizados no site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ)³⁰.

1) Quadro comparativo entre homens e mulheres

Número de vereadores eleitos no município do Rio de Janeiro			
Ano	Homens	Mulheres	Percentual de mulheres % (aprox.)
2008	38	13	26
2012	43	08	16
2016	44	07	15
2020	41	10	20

Fonte: <http://www.camara.rio/>

²⁷Material que pode ser utilizado pelo docente para discutir representatividade:

<https://www.politize.com.br/representatividade/>

²⁸ Em que pese a metodologia deste estudo, mister se faz utilizar uma pesquisa bibliográfica de livros, artigos jurídicos publicados pelos órgãos nacionais e consulta ao site <https://www.tre-rj.jus.br/>, descritiva com conceitos e definições, além da explicativa de suas causas e fenômenos.

²⁹ A Lei N.º 9.100/95, conhecida como a Lei de Cotas, define que cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher, sendo que vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.

³⁰ <https://www.tre-rj.jus.br/eleicoes/eleicoes-plebiscitos-e-referendos/eleicoes-plebiscitos-e-referendos>.

2) Quadro auto declarativo (etnia)

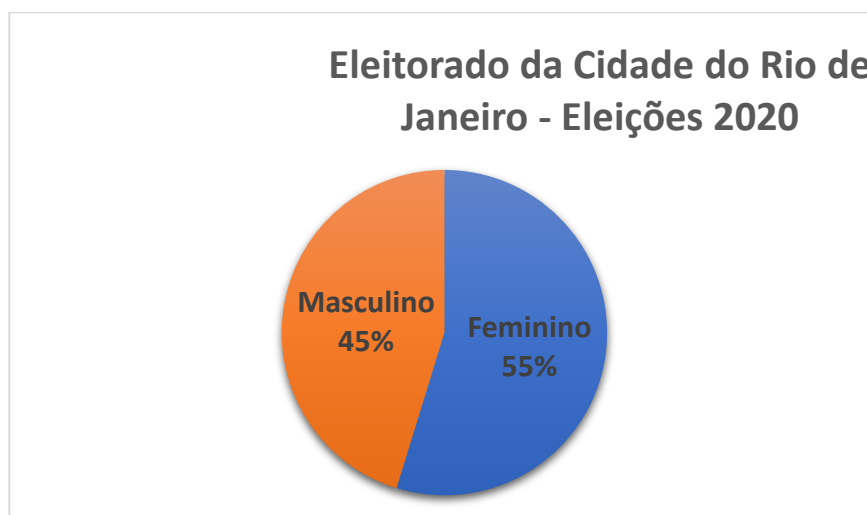
Número de vereadoras eleitas no município do Rio de Janeiro			
Ano	Eleitas	Branças	Nºde mulheres Pretas/Pardas
2008	13	12	01 (Tania Bastos)
2012	08	06	02 (Tania Bastos, Laura Carneiro)
2016	07	05	02 (Mariele Franco, Tania Bastos)
2020	10	06	04 (Tainá de Paula, Tania Bastos, Laura Carneiro e Thais Ferreira)

Fonte: <http://www.camara.rio/>

Uma análise do período entre 2008 e 2020, indica uma tendência de redução do número de vereadoras eleitas no município do Rio de Janeiro, especificamente nos anos de 2012 e 2016. Interessante pontuar que neste momento o país tinha a primeira mulher eleita para a presidência da República, Dilma Rousseff (2011-2016) que não conseguiu concluir seu segundo mandato, por ter sofrido um golpe parlamentar, oficialmente descrito como um impeachment. Embora nas últimas eleições (2020), tenha se observado uma pequena recuperação, esta melhora não chegou aos patamares de 2008.

Para problematizar a disparidade, o(a) docente pode apresentar dados para os estudantes, no sentido de comparar o percentual de vereadoras eleitas (20%), com o tamanho do eleitorado feminino (55%).

Figura 5



Fonte: TRE-RJ³¹

Um caminho viável para analisar as trajetórias de representantes femininas seria utilizar uma categorização entre “progressistas” e “conservadoras”.

³¹ <https://www.tre-rj.jus.br/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado-tre-rj>

Em linhas gerais, o progressismo estaria relacionado com uma corrente ideológica iluminista, entre os séculos XVII e XVIII, enaltecendo a crença de que o progresso ocorreria por meio da razão humana e não da fé religiosa e moral. Dentro dessa perspectiva, pode acontecer uma ruptura dos padrões tradicionais para gerar mudanças intensas e rápidas. Assim, os princípios da liberdade e igualdade tornam-se fundamentais para uma sociedade justa, como dever do Estado..

Já o conservadorismo parte da crença fundamental estão na liberdade política e na ordem social e moral para a manutenção de uma sociedade saudável, isto é, pugna pela manutenção dos valores sociais tradicionais (família, os antigos costumes, a religião, a tradição e a comunidade), sendo a igualdade política – jurídica suficiente para promover a igualdade e que o Estado não tem obrigação de criar meios para melhorar a igualdade econômica, material ou étnica.

3.2 Representatividade: Trajetória e perfil de quatro vereadoras na Câmara da cidade do Rio de Janeiro

Inicialmente, se faz necessário que o(a) docente desenvolva com os estudantes características relacionadas com os conceitos de representação política e de representatividade. Como sugestão, cabe a consulta do dicionário de Política de Norberto Bobbio³².

(...) A representação pressupõe, por conseguinte, um complexo de direitos políticos (liberdade de imprensa, de associação, de propaganda, etc.) que permitem a formação e a manifestação da vontade política dos representantes (p.1116) e por representatividade política (p. 1102), a representação como "espelho" ou representatividade sociológica. (...) centrado mais sobre o efeito de conjunto do que sobre o papel de cada representante.

Assim, o autor concebe o organismo representativo como um microcosmos que fielmente reproduz as características do corpo político. Representatividade sendo a expressão dos interesses de um grupo (seja um partido, uma classe, um movimento, uma nação) na figura do representante.

Partindo dessa distinção, o trabalho buscou elaborar uma tipologia (progressista e conservador) de perfis das vereadoras da cidade do Rio de Janeiro, essa construção resultou de uma análise das biografias, por intermédio de dados publicados e coletados na internet.

32

Vol.1,

disponível

em

<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>

Cabe destacar que as informações encontradas, muitas delas disponibilizadas pelas vereadoras, também assumem um nível discursivo. De fato, percebe-se um claro movimento de construir uma “autoimagem” a ser oferecida para os eleitores e para a sociedade em geral – mais como uma prática discursiva, do que uma prática efetivamente política.

Assim, a tipologia construída pelo trabalho, identificou quatro perfis políticos: familiar, ambientalista/acadêmico, representatividade popular/gênero e o religioso. Para fins de uma objetividade, caberia apresentar os referidos perfis no formato de tabelas, até mesmo para permitir critérios de comparação entre as trajetórias políticas das vereadoras.

3.2.1 Perfil familiar: trajetória política familiar, com base partidária progressista.

Rosa Fernandes³³

Nome e dados pessoais	Rosa Maria Orlando Fernandes (21/05/1956). Filha da professora Itália Fernandes e do marítimo Pedro Fernandes, eleito 10 vezes para o cargo de deputado estadual na ALERJ. Outro Pedro Fernandes faz parte da sua história, seu filho, eleito Deputado Estadual em 2006, 2010 e 2014 entre os parlamentares mais votados do Estado.
Formação	Graduação em psicologia e especialização em sexologia humana. Participou do trabalho pioneiro de inclusão do MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização, (atividade em que viajou pelo Brasil e conhecendo a realidade das capitais e outras cidades).
Partido(s), base eleitoral e mandatos	PSC, com base eleitoral na zona norte do Rio de Janeiro, especificamente no bairro de Irajá, região onde reside até hoje. Ocupa o sétimo mandato consecutivo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sendo inclusive a vereadora mais votada da cidade.
Cargo(s) no Poder Executivo e realizações apresentadas	Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, entre 2006 e 2008. Investimento no plantio de mudas e árvores nas ruas e encostas (dados disponibilizados: no 2007, foram plantadas 25 mil novas mudas nas ruas e um milhão de árvores em encostas). Reordenamento da orla, reformas de praças, canteiros e áreas de lazer, no sentido de valorizar o município e melhorar a qualidade de vida dos cariocas.
Plano estratégico e plataforma de mandato	Trabalhar na defesa da igualdade de desenvolvimento das diversas regiões da cidade, ouvindo sempre a população nas suas demandas. Divide sua rotina de trabalho, entre plenário, ouvidoria, incursões a bairros, reuniões comunitárias e fiscalização de obras públicas.

³³ Fontes de consulta: <http://www2.camara.rj.gov.br/vereadores/rosa-fernandes>
<https://www.facebook.com/vereadorarosafernandesrj>

Leis (autoria) ³⁴	Voltadas para questões de saúde, educação, direitos dos idosos, apoio aos obesos e programas comunitários, ambientais e esportivos.
Legislatura (2018)	Presidente da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira Câmara Municipal do Rio de Janeiro, membro da Comissão de Defesa da Mulher, além de e outras Comissões Especiais e Frentes Parlamentares.

3.2.2 Perfil ambientalista/acadêmico: trajetória política no caminho da preservação dos ecossistemas e base partidária progressista

Aspásia Camargo³⁵

Nome e dados pessoais	Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo (06/02/1946). Antes da vida parlamentar, ocupou importantes posições nos executivos federal e estadual: presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Secretária Executiva do Ministério de Meio Ambiente (MMA) e Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (1989), Presidente do Fórum de Secretários de Cultura e Secretária Executiva do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (1995)
Formação	Professora de Sociologia e Ciências Políticas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) - da qual se licenciou para exercer a função de deputada estadual, e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde criou o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e o Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável (CIDS), órgão voltado para o estudo e a disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável. Fez seu doutorado sobre "As Ligas Camponesas e o Movimento Camponês no Nordeste", na França, com o professor Alain Touraine
Partido(s), base eleitoral e mandatos	PV (2001). Entre 2005/2008: Relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde, Presidiu a CPI da Desordem Urbana, participante da COP 13 (em Bali, Filipinas) e da 13ª Reunião da ONU para o Meio Ambiente). Autora da Lei dos Resíduos Sólidos e da Lei Aspásia Camargo de Mudanças Climáticas (estabelece metas de redução de Gases de Efeito Estufa em 20%, até 2020). Atualmente filiada ao PSDB.
Cargo(s) no Poder Executivo e realizações apresentadas	Presidiu a Comissão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Sustentável do Rio de Janeiro (2009) e a CPI da Desordem Urbana, cujo relatório final inspirou o Poder Executivo, já na gestão de Eduardo Paes, a criar uma Secretaria Especial de Ordem Pública. Relatora da CPI da Saúde.

³⁴ **Lei 3956** - Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar 10% dos imóveis dos programas habitacionais populares para idosos com idade igual ou superior a sessenta anos.

Lei 3328 - Autoriza o Poder Executivo a implantar programa de reconstrução e implantação de prótese mamária na rede municipal de saúde. **Lei 3286** - Autoriza o Poder Executivo a implantar o programa de enfrentamento da obesidade mórbida na rede municipal de saúde.

Lei 3258 - Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais a empresas, casas de saúde, hospitais, Centros de tratamento médico e similares, que contribuam para custear tratamento de dependência química.

³⁵ <http://www.aspasiacamargo.com.br/v2016/minha-vida>

Plano estratégico e plataforma de mandato	Trabalhar na defesa dos ecossistemas de populações mais carentes, fortalecimento das identidades regionais e locais e resguardar o patrimônio ecológico do país.
Leis (autoria)³⁶	Voltadas para as questões ambientais e sustentabilidade.
Legislatura	Entre os anos de 2011 à 2015 figurou como deputada estadual, sua trajetória encontra-se no Anexo I.

3.2.3 Perfil Representatividade popular/gênero: trajetória política de liderança comunitária e ideologia partidária progressista

Marielle Franco³⁷

Nome e dados pessoais	Marielle Francisco da Silva (01/01/1979 – 14/03/2018). Mulher preta, nasceu e cresceu na favela da Maré. Começou aos 11 anos a trabalhar com pai como camelô e aos 18 anos como educadora infantil. Aos 19 anos se torna mãe de Luyara, ano em que se matricula num pré-vestibular comunitário na Maré. Em 14 de março de 2018, foi brutalmente assassinada ³⁸ aos 38 anos de idade, juntamente com seu motorista Anderson Pedro Mathias Gomes no bairro do Estácio.
Formação	Socióloga, mestra em Administração Pública (dissertação “UPP- A redução da Favela a três letras”).
Partido(s), base eleitoral e mandatos	Eleita em 2016, com 46.502 votos (PSOL), segunda mulher mais votada.
Cargo(s) no Poder Executivo e realizações apresentadas	Coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) e construía diversos coletivos e movimentos feministas, pretos e de favelas
Plano estratégico e plataforma de mandato	Em 2000, iniciou sua militância em direitos humanos após ingressar no pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Em 2004 militava pelas causas da comunidade LGBT e iniciou um relacionamento íntimo e pessoal com Monica Benicio ³⁹ , com

³⁶ **Lei nº4991/2009-** Caixas de Gordura, Dispõe sobre a obrigatoriedade da limpeza das caixas de gordura nas edificações do Município do Rio de Janeiro. **Lei nº4969/2008-** Lixo Zero. Dispõe sobre objetivos, instrumentos, princípios e diretrizes para a gestão integrada de resíduos sólidos no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Lei nº4791/2008-** Sistema Municipal de Educação Ambiental. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação Ambiental compreende todas as ações de educação ambiental implementadas pelos órgãos e entidades municipais, bem como as realizadas, mediante contratos e convênios de colaboração, por organizações não governamentais, instituições de ensino, empresas e outras entidades. **Lei nº5248/2011-** Mudanças Climáticas. Institui a Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, dispõe sobre o estabelecimento de metas de redução de emissões antrópicas de gases de efeito estufa para o Município do Rio de Janeiro.

³⁷ <https://www.institutomariellefranco.org>

³⁸ Quatro anos se passaram, a morosidade e substituições nas investigações a respeito dos suspeitos de praticarem a materialidade do crime e outras perguntas aguardam por respostas, o que se verifica no vídeo <https://youtu.be/BhL8DOFvUuE> 3 ANOS DO ASSASSINATO DE MARIELLE E ANDERSON - Anielle Franco no Brasil de Fato Entrevista.

³⁹ Militante de direitos humanos e ativista LGBTI+. Arquiteta urbanista formada pela PUC-Rio, onde também se tornou mestra em Arquitetura, na área de "Violência e Direito à Cidade". Nascida e criada na favela da Maré, no Rio de Janeiro. Eleita vereadora em 2020 com 22.919 votos, desde a execução de sua companheira, Marielle

	quem permaneceu até o atentado. Em 2006 integrou a equipe de campanha de Marcelo Freixo, trabalhou em organizações da sociedade civil como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm).
Leis (autoria)⁴⁰	Voltada para questões sociais, Direitos Humanos. No dia 02 de maio de 2018, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, aprovou alguns de seus projetos.
Legislatura (2019)	Em março de 2019, in memoriam, o Congresso Nacional a agraciou com o Diploma Bertha Lutz, concedidos a mulheres que tenham oferecido relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no Brasil.

3.2.4 Perfil Religioso: trajetória política pautada no conservadorismo

Tania Bastos⁴¹

Nome e dados pessoais	Tânia Cristina Magalhães Bastos e Silva (01/01/1967). Pastora e educadora, tendo uma trajetória pedagógica de 11 em uma instituição de ensino particular, atuando em diversas ações de promoção e atenção à família.
Formação	Graduada em pedagogia, com especialização em assistência social; orientação e supervisão educacional; e pós-graduação em gestão pública,
Partido(s), base eleitoral e mandatos	Ocupa o quarto mandato, sendo atualmente a vice-presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Ocupou cargo de conselheira tutelar e coordenadora regional da Secretaria Municipal de Assistência Social. Participou de atividades voltadas para crianças, mulheres, jovens e idosos, além de projetos sociais como o Rio Experiente, Programa Especial de Trabalho Infantil, o Pro Jovem.
Cargo(s) no Poder Executivo e realizações apresentadas	Presidiu por oito anos a Comissão Permanente de Defesa da Mulher da Câmara do Rio, defendendo políticas públicas em favor dos direitos das mulheres, durante a sua presidência foi criado o Conselho de Mulher do Rio de Janeiro (CODIM-RJ).
Plano estratégico e plataforma de mandato	Em suas redes sociais promove a defesa da família tradicional, com similiaridade a Carta de Princípios “Movimento Família”. (Anexo III)
Leis (autoria)⁴²	Leis que beneficiam os autistas, o que inclui diagnóstico precoce; atendimento multiprofissional; acesso à educação e ao mercado de trabalho

Franco, em 14 de março de 2018, vem se dedicando incansavelmente na luta por justiça para este crime bárbaro, se tornando referência internacional na defesa dos direitos humanos.
<http://www2.camara.rj.gov.br/vereadores/monica-benicio>

⁴⁰ Espaço Coruja ((PL 17/2017) atual Lei nº 6419/2018, porém ainda não foi regulamentado, nem efetivado pela prefeitura do Rio de Janeiro (www.camtra.org.br). Como um programa de acolhimento às crianças no período da noite, enquanto seus responsáveis trabalham ou estudam. É também essencial para conquistar igualdade entre homens e mulheres, permitindo que mães com dupla jornada continuem seus estudos ou permaneçam em seus empregos.

⁴¹ <http://www.camara.rio/vereadores/tania-bastos>

⁴² Lei Municipal 6.101/2016, que determina que estabelecimentos públicos e privados incluam nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo

Legislatura (2018)	Participação ativa nas comissões de interesse da saúde da mulher, dos deficientes, dentre outras. Reeleita em 2020 (2021-2024)
---------------------------	--

3.3. Estudo de caso para aprofundar o debate sociológico

O conceito de “dominação” em Max Weber pode ser utilizado para pensar a realidade em questão e desenvolver as análises relacionadas com o estudo de caso. Nas referências bibliográficas, o(a) professor(a) pode encontrar duas obras do autor com descrições sobre a temática que permitem construir quadros sintéticos, conforme exemplo apresentado a seguir. Caso não seja possível consultar tais publicações, também seria factível utilizar as ferramentas de busca da internet para localizar informações confiáveis⁴³.

Tipos de dominação em Weber		
Tradicional	Carismática	Racional (legal)
A obediência tem como motivação o hábito, na medida em que o comportamento tem como origem a força dos costumes. Assim, a dominação encontra-se enraizada na cultura da sociedade, tendo como exemplo a família patriarcal, onde prevalece a autoridade da figura masculina.	A relação dominação se sustenta pela crença dos subordinados nas qualidades superiores do líder. Essas qualidades podem ser tanto dons sobrenaturais quanto a coragem e a inteligência inigualável. Temos como exemplo qualquer grupo religioso centrado na figura do profeta, ou mesmo grupo político centrado em uma liderança político-partidária.	Tipo de dominação que surge junto com o Estado Moderno, tendo a Burocracia como o tipo mais puro: ancorado na impessoalidade, na formalização e na hierarquização. De tal modo, por meio das leis, um grupo de indivíduos submete-se a um conjunto de regras formalmente definidas e aceitas por todos os integrantes.

Visando aprofundar o debate sociológico, o(a) professor(a) pode desenvolver o referido estudo de caso, por intermédio de materiais publicados nas redes sociais. O perfil escolhido para dinamizar o debate seria o religioso, da vereadora Tania Bastos.

⁴³ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8433-11072011-link-maxweber&category_slug=julho-2011-pdf&Itemid=30192

3.3.1. Publicações no site⁴⁴

Figura 7

The screenshot shows a website page with the following content:

- Address bar: <https://www.taniabastos.com>
- Header: **Minhas causas & bandeiras** (with a search icon and a star icon)
- Sub-header: Conheça alguns pontos principais de defesa durante os meus 4 mandatos com vereadora do Rio de Janeiro.
- Three main content blocks:
 - Direitos dos autistas e pessoas com deficiências**: Defesa dos PCDs e dos portadores de transtornos do espectro autista, bem como de suas famílias. Includes a "LEIA MAIS" button with a checkmark.
 - Defesa dos direitos das mulheres**: Na luta para mostrar a necessidade do respeito e cumprimento dos direitos das mulheres. Includes a "LEIA MAIS" button with a checkmark.
 - Valores cristãos e da família**: Brigar contra a ideologia de gênero e ir na direção de valores cristãos e de defesa da família tradicional. Includes a "LEIA MAIS" button with a checkmark.

Fonte: <http://www.taniabastos.com/>

Concretamente, apresentamos um exemplo de como o(a) docente pode orientar seus estudantes a desenvolverem uma pesquisa e uma análise de conteúdo digital, em site e redes sociais oficiais de representantes políticos. No caso apresentado no trabalho, utilizamos um perfil religioso, em que se destaca um viés conservador na definição de um padrão de família patriarcal.

Observa-se neste material publicado pela vereadora, uma ênfase nos valores cristãos, mas de modo desenvolver uma interpretação equivocada da realidade utilizando o viés da “ideologia de gênero”.

Por outro lado, a imagem a seguir, nos ajuda a problematizar esse termo com os estudantes.

⁴⁴ <http://www.taniabastos.com>

Figura 8



O material publicado pela agência de checagem *Aos Fatos*⁴⁵, permite ao(à) professor(a) identificar como a expressão “ideologia de gênero”, largamente difundida em vários espaços da sociedade brasileira, fundamenta uma visão conservadora da realidade que impede uma educação inclusiva e democrática, dificultando um tratamento igualitário entre homens e mulheres.

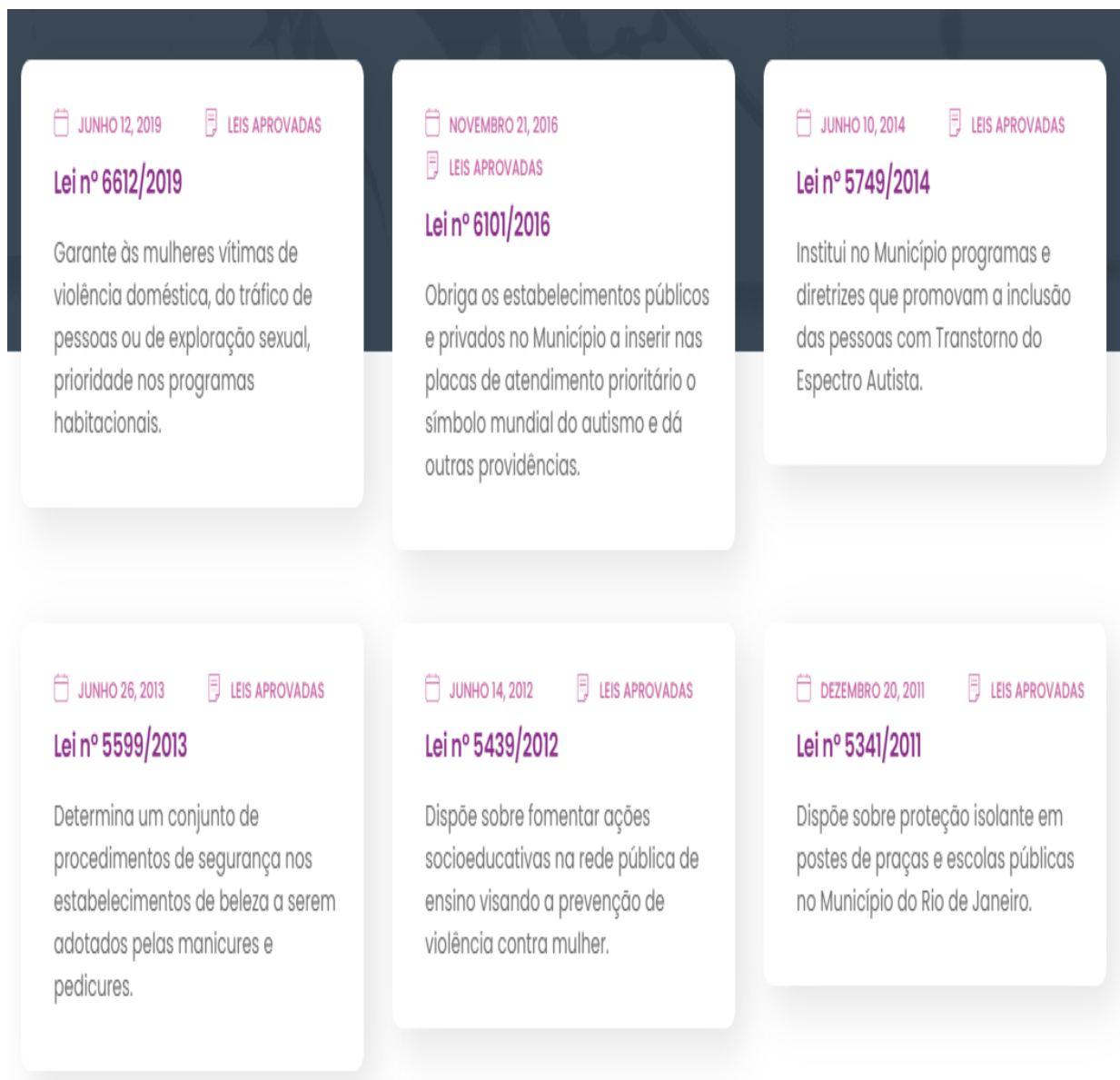
Ampliando essa perspectiva, cabe trazer a argumentação do pesquisador Rogério Diniz Junqueira sobre a ideologia de gênero:

“É uma ferramenta de manipulação usada por grupos políticos para gerar adesão da sociedade de acordo com o interesse desse grupo. É um slogan, uma categoria de mobilização, que pode se referir a muita coisa diferente, desde discussão sobre igualdade salarial entre homens e mulheres, discussões sobre gênero e sexualidade na escola, campanhas de prevenção de HIV, aborto, casamento entre pessoas de mesmo sexo”, explica ele e afirma que isso pode variar de acordo com o que está no debate político do lugar”. (Disponível em a matéria: <https://azmina.com.br/reportagens/ideologia-de-genero-entenda-o-assunto/>. Acesso em 05/08/2022)

⁴⁵ <https://www.aosfatos.org/noticias/desenhamos-fatos-sobre-ideologia-de-genero/>

Por outro lado, a imagem a seguir nos permite elencar um conjunto de leis apresentadas pela vereadora e, ao mesmo tempo, identificar eventuais contradições.

Figura 9



Assim, temos a emergência de uma legislação que demonstra uma preocupação com as “vítimas de violência doméstica” e de “prevenção da violência contra a mulher”, ao mesmo tempo em que incorpora ao discurso uma pauta do movimento ultraconservador, Escola Sem Partido, ao combater a chamada “Ideologia de Gênero” nas escolas.

3.3.2. Publicações no Twitter⁴⁶

Figura 10



O material permite ao docente discutir com os estudantes a prevalência da “dominação tradicional”, no sentido da tipologia weberiana, dentro da política institucional brasileira, em especial para pensar seus reflexos sobre as pautas parlamentares, nesse caso evidenciando a publicação no site “Valores cristãos da família”. Ao enaltecer a família tradicional, desconsiderando o sentido de diversidade da composição familiar⁴⁷, o referido material cria um

⁴⁶ Publicações no Twitter <http://twitter.com/taniabastos>
Temos respectivamente, as publicações elencadas:
<https://twitter.com/taniabastos/status/1416726956897361920/photo/1>
<https://twitter.com/taniabastos/status/1410985373715533828/photo/1>
<https://twitter.com/taniabastos/status/1410365084388442120/photo/1>
<https://twitter.com/taniabastos/status/1410206576204525569/photo/1>

⁴⁷Família matrimonial/casamento; concubinato;união estável; família monoparental; família anaparental; família pluriparental; eudemonista; família ou união homoafetiva; família paralela; família unipessoal.

conflito acerca do entendimento que Weber elabora acerca do Estado – até porque a ênfase no modelo patriarcal acaba desmerecendo regras do espaço público e desconsiderando a impessoalidade como um princípio.

Esse aspecto fica claro quando se analisa algumas contradições presentes no discurso da parlamentar. Apesar de assumir uma pauta de defesa dos direitos das mulheres, aciona pontos utilizados pelo discurso político ultraconservador: ideologia de gênero, valores cristãos, família tradicional. Por sua vez, o(a) docente também pode abordar com seus estudantes o texto da Constituição Federal de 1988, tanto nos princípios fundamentais de cidadania, de Dignidade da Pessoa Humana (art.1º, II; III) quanto no art.5º caput “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...) ou a não observância do art.227 em seu caput que trata do “dever da família (...)”.

O(A) professor de Sociologia, pode desenvolver aspectos teóricos da “família como uma instituição social”. Ampliando o repertório, também pensar sobre a legislação brasileira que não aponta nenhuma indicação de uma composição de gênero dos indivíduos em termos biológicos, enfatizando apenas os deveres da família.

Por outro lado, a linha de argumentação adotada pela vereadora ressalta os valores cristãos, com ênfase na defesa da família tradicional, em seu modelo heteronormativo, não reconhecendo a existência de outras formas de composição familiar como a família homo e poli afetiva.

Desse modo, estaria muito mais próxima da *Carta de Princípios do Movimento Cristão em Defesa da Família*⁴⁸, no item 2, que enfatiza os “princípios e valores bíblicos, atribuindo ao casamento a origem da família, como uma *aliança heterossexual, exclusiva entre um homem e uma mulher*” (grifos nossos). Logo, estaria mais próxima de uma “dominação tradicional” do que da “dominação legal”. Configurando uma contradição, já que a atividade parlamentar deveria estar associada ao âmbito jurídico do Estado, reconhecendo o que está previsto na legislação. Em um Estado laico, não se deve confundir a figura do religioso com a do político. Em linhas gerais, sendo necessário manter-se a laicidade no exercício da função parlamentar, para que a população como um todo possa ser beneficiada.

Um outro nível de contradição também pode ser questionado pelo(a) docente com seus estudantes. No quadro em que apresenta o percentual de 16% de cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara Municipal, a vereadora se abstém em abordar ou defender a ocupação de

⁴⁸ Fonte: <http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/>

50% das cadeiras pelas mulheres. De modo geral, em suas redes sociais esse tema é pouco abordado, tendo em vista que prevalecem temas relacionados com sua doutrina religiosa.

A postagem em que trata da distinção entre “femicídio e feminicídio” aciona uma narrativa capaz de destacar as políticas públicas para a proteção das mulheres dentro de um discurso conservador, exatamente por não abordar o machismo ou o patriarcado.

Enquanto o femicídio seria um tipo de homicídio (artigo 121, Código Penal), para qualificar a prática do crime de homicídio contra qualquer mulher, ou seja, matar indivíduo do gênero feminino. O feminicídio implicaria em uma qualificadora, configurando motivos, meios e circunstâncias que tornam o crime mais grave. Portanto teria como consequência a alteração das penas máximas e mínimas do crime do crime de homicídio doloso (artigo 121, §2º, inciso VI, Código Penal) incluída pela Lei 13.104/15, praticado contra a mulher por condições⁴⁹ de pertencer ao sexo feminino.

As publicações feitas pela vereadora nas redes sociais permitem problematizar várias contradições entre sua inserção política e seu papel como representante parlamentar, em comparação com sua vinculação religiosa – por enfatizar valores tradicionais relacionados com um modelo de família hegemônico – que não encontra eco no modelo descrito e definido na nossa legislação, mas sim em aspectos morais.

Nesse sentido, ressalta-se que desde a Constituição de 1988, nenhuma lei voltada ao público LGBTQIA+ foi aprovada no Congresso. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal, em maio de 2011, a partir de sua jurisprudência indica que as regras e direitos concedidos as uniões heterossexuais fossem estendidas às uniões entre pessoas do mesmo sexo⁵⁰. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou uma resolução que proibiu cartórios de se negarem a realizar casamentos homoafetivos⁵¹ - mas ainda necessita de regulamentação para evitar questionamentos futuros e interpretações divergentes.

Por fim, cabe ao docente enfatizar com seus estudantes que a violação de direitos das chamadas “minorias sociais”, apresenta efeitos de exclusão política, em se tratando de representação legislativa, com figuras femininas ou LGBT – inclusive com ameaças de violência e morte. Portanto, constituindo uma bandeira de luta importante no amplo campo dos direitos humanos.

⁴⁹ condição de sexo feminino envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher (§2º-A, incisos I e II, respectivamente, do artigo 121 Código Penal)

⁵⁰ Decisão do sobre a ADI nº 4277 e a ADPF nº 132

⁵¹ Direitos homoafetivos <http://www.direitohomoafetivo.com.br/jurisprudencia-categoria/sub125supremo-tribunal-federal/129/1>

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de pesquisa não pretende esgotar as possibilidades de pensar o tema da “Representação Feminina na Política”, na medida em que busca explorar e desenvolver percursos e trilhas dentro de uma abordagem sociológica, tendo em vista algumas escolhas teóricas e recortes metodológicos.

No sentido de desenvolver a “imaginação sociológica”, nos termos de Charles Wright Mills, temos a proposição de pensar a relação entre as trajetórias biográficas de figuras emblemáticas do movimento sufragista nacional, como Leolinda Daltro ou Bertha Lutz, e a possibilidade de estabelecer uma relação com o contexto social brasileiro. Este representaria um caminho para trabalhar uma dinâmica fundamental do pensamento sociológico: problematizando a relação entre indivíduo e sociedade, ao estabelecer conexões entre a esfera pessoal e a estrutural.

Seguindo o caminho argumentativo, se buscou explorar aspectos da mudança da legislação brasileira sobre o tema, com avanços e recuos ao longo do processo de conquista do voto feminino e de uma pauta política por paridade no processo representativo e na sociedade de uma forma geral.

Metodologicamente, o trabalho buscou destacar as possibilidades de levantamento de dados usando as “ferramentas de busca” na internet. Valorizou-se atividades aportadas na construção de gráficos e tabelas, explorando repositórios digitais de órgãos públicos como o TSE, TRE-RJ, Senado Federal, Câmara Municipal, além de publicações nas redes sociais oficiais de algumas instituições e agentes públicos, em especial focalizando em vereadoras eleitas na cidade do Rio de Janeiro nas últimas quatro eleições. Permitindo ao docente apresentar aos estudantes uma linha comparativa entre as trajetórias das vereadoras e, na mesma medida, indicar tendências do quadro político ao longo do tempo.

Como já foi demonstrado anteriormente, a proposta pedagógica permite trabalhar com conceitos sociológicos, patriarcado e representatividade, problematizando a relação entre público e privado. Todavia, cabe ressaltar que o nível de abordagem pode ser aprofundado com estudantes que já tenham um debate sociológico mais amadurecido, para trabalhar conceitos relacionados com o aporte teórico weberiano: poder, dominação, legitimidade e autoridade.

Pensar a realidade da esfera pública brasileira, em especial usando a categorização feita por Weber – ao descrever os três os tipos puros de dominação legítima: tradicional, legal e carismática –, permite compreender os avanços e recuos relacionados com a pauta de igualdade

de gênero no Brasil e com a legislação sobre o tema, incluindo a questão da representação feminina.

Em linhas gerais, o trabalho descrito e apresentado pode servir como inspiração para outro(a)s docentes aplicarem, sempre dentro de um pressuposto de reconhecer e preservar a existência de nossa diversidade regional brasileira. Por isso, pode ser transposto para realidades locais, de acordo com adequações pedagógicas feitas para dialogar com a realidade dos estudantes, especialmente no sentido de construção e exercício pleno da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Tania. Disponível em: <<http://twitter.com/taniabastos>> Acesso em 23 de jul.de 2022

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Ed UNB. 11ª edição. Vol.1. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>> Acesso em 23 de jul.de 2022

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina, a condição feminina e a violência simbólica**.

CAFISSO, Jessica F., SANTOS, Lucas Henrique Castanho dos, CARNIEL, Fagner. **Protagonismo Juvenil na Escola: A Sociologia como forma de Aproximação e de localização dos saberes no ensino médio**. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8365/7282-10149-1-DR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 23 de jul.de 2022

Consolidando Conquistas. **Direito Homoafetivo**. Disponível em: <<http://www.direitohomoafetivo.com.br/jurisprudencia-categoria/sub125supremo-tribunal-federal/129/1>> Acesso em 23 de jul.de 2022

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. Wright Mills. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/pHxfJT4dxT3R8bt69FTdKxq/?lang=pt> Acesso em 24 de set de 2022

FUNDAÇÃO, 1º de Maio. **Conservadorismo x Progressismo** <<https://www.fundacao1demaio.org.br/conservadorismo-x-progressismo-voce-ja-sabe-a-diferenca/>> Acesso em: 25 set. 2022

LAHIRE, Berbard. **Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia?** p.59. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/pibidfilosofiasociologia/files/2020/10/_Pra-que-serveo-ensino-da-Sociologia_rcs_v45n1a2-1.pdf> Acesso em 23 de jul de 2022

Leolinda Daltro e o Partido Republicano Feminino. **Mulheres de Luta**. Disponível em: <https://www.mulheresdeluta.com.br/leolinda-daltro/> Acesso em 23 de jul. de 2022

LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010. p. 32. Disponível em< <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4693.pdf>>_Acesso em: 20 maio 2022

MILLS, Wright C. **A imaginação sociológica**. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1969. 246 p

ORIÁ, Ricardo. **Mulher e cidadania**: a conquista do voto feminino no Brasil. Cadernos Aslegis, Brasília, n. 38, p. 30-38, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4829>> Acesso em 23 de jul.de 2022

Partido Republicano feminino. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea** - **FGV.** Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEMININO.pdf>> Acesso em 23 de jul.de 2022

REFORMA ELEITORAL/REDAÇÃO FINAL PEC 125-E/2011. **Câmara Legislativa Federal.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059938&filena me=REDACAO+FINAL+-+PEC+125/2011> Acesso em 23 de jul.de 2022

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS Paulete Maria Cunha dos. DALTRO, Leolinda. **A Oaci-zauré – relato de sua experiência de proposta laica de educação para os povos indígenas no Brasil central** Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/869/86945261002/html/>> Acesso em 23 de jul.de 2022

Série Inclusão: a conquista do voto feminino no Brasil. **Tribunal Superior Eleitoral.** Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>> Acesso em 23 de jul.de 2022

TRE-RJ. Disponível em: <https://www.tre-rj.jus.br/>> Acesso em 23 de jul.de 2022

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais:** parte II. Os três tipos puros de dominação legítima. São Paulo: Cortez, 1995.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** volume 2. Os três tipos puros de dominação legítima. São Paulo: Cortez, 1995.

ANEXO I

Detalhamento do perfil de Aspásia Camargo

Aspásia Camargo, como deputada estadual criou a lei estadual nº6496 de 17 de julho de 2013 que dispõe sobre a divulgação das condições de balneabilidade das praias no estado do rio de janeiro e sobre o monitoramento da qualidade das areias. Entretanto, devido à escassez de recursos, as ações de conscientização e divulgação da lei mencionada não duraram pouco mais de um mês.

aspasiacamargo.com.br/v2016/midia/noticias/2354-cartao-postal-sujo-de-esgoto

...a secretaria de meio ambiente do rio, a água e a areia da praia estão impróprias para uso há mais de um ano. O mesmo ocorre na praia do Flamengo, que costuma ficar abarrotada de frequentadores durante o final de semana. A ação pela divulgação da Lei das Placas nas praias esteve na orla de Botafogo e do Flamengo, no último dia 2 de fevereiro, domingo.

*A ação constatou que o cheiro de esgoto no local é muito forte. A saída do rio Banana Podre, em Botafogo, controlada pela Cedae, estava aberta, despejando muitos resíduos na Baía de Guanabara. Os moradores cobraram a revitalização da Enseada. Um deles chegou a dizer que se sente excluído pelo Estado, apontando o saneamento imediato como a única solução, conforme venho dizendo há tantos anos", disse a deputada Aspásia Camargo, presidente da Comissão de Saneamento Ambiental da Assembleia Legislativa.

No final de 2013, a parlamentar aprovou na Alerj a **Lei 6.496**, de sua autoria, que obriga o Governo do Estado a instalar na orla painéis que informam se o mar e a areia estão próprios ou impróprios. Desde o início de janeiro, Aspásia e sua equipe estão nas praias divulgando a lei e pressionando o Poder Público a colocar as placas, ainda neste verão. Uma das novidades que a lei traz é justamente obrigar o governo a divulgar as condições das areias da orla: "O carioca não tem o hábito de entrar no mar, em Botafogo, mas a areia é point de prática de esportes, treinos, caminhadas. No entanto, ela está imprópria", alertou Aspásia.

Um funcionário da Comlurb, que estava no local, informou que a empresa chega a retirar duas toneladas de lixo da praia de Botafogo, todos os dias. "Ouvimos ainda reclamações de presença de ratos, muitos urubus, baratas, lacraias, pombos e fezes. Isso tudo em um dos palcos dos Jogos Olímpicos de 2016", acrescentou a deputada.

Federalismo

TWITTER

Tweets por @aspasiacamargo

Aspásia Camargo @aspasiacamargo
Minhas homenagens ao grande Jaime Lerner, que nos deixou hoje. Ele foi um dos inventores da cidade inteligente e sustentável. O mundo reconheceu seu pioneirismo. Que seu exemplo inspire nossos arquitetos urbanos. Ele lutou pelo planejamento estratégico de nossas cidades!

27 de mai. de 2021

Aspásia Camargo @aspasiacamargo
Acabou de publicar uma foto [instagram.com/p/CNp5-3OUwGJ/...](https://www.instagram.com/p/CNp5-3OUwGJ/)

14 de abr. de 2021

Fonte: <http://www.aspasiacamargo.com.br/v2016/midia/noticias/2354-cartao-postal-sujo-de-esgoto>

Arquivo pessoal:

facebook.com/photo/?fbid=694549110567228&set=a.63403672738127

facebook.com/photo/?fbid=694549173900549&set=a.63403672738127

POR UM VERÃO COM PRAIAS NAS PRAIAS!
Divulga-se a lista na lista por via de acesso com 100% de registro trabalhado.
aspásia

Livros e artigos publicados:

Lições de Mestres - Entrevistas sobre globalização e desenvolvimento econômico: Aspásia Camargo tem uma participação com um belíssimo texto (O Futuro exige um (bom) roteiro). Da Associação Brasileira de Instituições Financeiras e Desenvolvimento. Organização de André Urani. Ano 1998 - Editora Campus.

Artes da Política – Diálogo com Amaral Peixoto: “A Universidade Federal Fluminense orgulha-se de se consorciar ao centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas nesta empreitada magnífica de perenizar em livro a vida pública de Ernani de Amaral Peixoto. Espectador privilegiado e construtor permanente da vida nacional, seu depoimento, organizado por Aspásia Camargo, Lúcia Hipólito, Maria Celina Soares D’Araújo e Dora Flaksman, é fonte inspiradora para os novos tempos que almejamos”.

José Raymundo Martins Romeo.

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6756> (visualizar/Abrir 11.pdf(16.53Mb))

Autoritarismo e Populismo – Bipolaridade no Sistema Político Brasileiro: Neste livro Aspásia Camargo fala sobre “O Estado e as Oligarquias”, o “Estado e Mobilização Política”, “Movimento Camponês e Crise Populista”, e “A Dinâmica da Bipolaridade Política”. Segundo Aspásia, “vagas de autoritarismo e de populismo têm assolado, em épocas sucessivas, o sistema político brasileiro. De fato, a estratégia bipolar das elites políticas para induzi-las a consolidar o poder de classes decadentes ou a congelar forças sociais emergentes – reforçando assim o Estado autoritário – ou então, paradoxalmente, atuar como propulsoras de mobilização popular, gerando surtos populistas”.

Brasil Portugal – O Diálogo dos 500 Anos: Nesse livro Aspásia Camargo utiliza a data comemorativa dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil como pretexto para uma incursão de Sociologia Histórica nas raízes da nacionalidade e no processo de construção do Estado Nacional e da identidade sócio-cultural brasileira. O marco histórico permitiu também uma análise comparativa dos dois países à luz da situação social, do modo cultural, da transição democrática e das mudanças recentes na ordem internacional e no processo produtivo.

O presente conjunto de textos é fruto de seminário realizado como parte dos eventos comemorativos dos 500 anos do descobrimento do Brasil, congregando sociólogos e antropólogos brasileiros e portugueses. Assim, optou-se por uma ordem de apresentação dos mesmos organizados por temas, correspondente à organização das mesas redondas quando da realização do evento, de 28 de setembro a 1º de outubro de 1999, abrigado pela Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, Pernambuco.

Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República: O texto escrito por Aspásia Camargo nesse livro surgiu de um seminário realizado por ela no Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, em 1987, tendo como objetivo discutir o tema “Autoritarismo e Democracia”. Os artigos de Aspásia e de Eli Diniz, com quem divide o livro, são uma análise do atual processo de transição política a partir de uma dupla perspectiva, procurando captar suas dimensões sincrônica e diacrônica.

Estado, Participação Política e Democracia: Aspásia Camargo escreve sobre o tema “Carisma e Personalidade Política: Vargas, Da Conciliação ao Maquiavelismo”, texto apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Elites Políticas” III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, realizado em Belo Horizonte, de 17 a 19 de outubro de 1979.

Meio Ambiente Brasil – Avanços e Obstáculos Pós-Rio 92: Nesse livro procurou-se reunir o maior número de informações atualizadas sobre as questões ambientais relevantes para o País, além de avaliar como o tratamento das mesmas evoluiu nos últimos anos, segundo as opiniões de mais de cinquenta especialistas da Academia, setor empresarial, movimentos sociais e ONGs, em um amplo espectro que inclui trabalhadores rurais à grande indústria. A partir desse trabalho coletivo foi construída esta publicação baseada nos consensos e dissensos desse grupo tão diversos de atores sociais.

Meio Ambiente no Século 21: Aspásia Camargo, Alfredo Sirkis, Leonardo Boff, Fernando Almeida e Fernando Gabeira, entre outros, falam sobre as questões ambientais nas suas áreas de conhecimento, para entender o universo socioambiental, conhecer suas potencialidades e dificuldades e reconhecer-se nele, individual e coletivamente.

1937 – O Golpe Silencioso: Obra de reconhecida competência da equipe do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, que alia fonte documental à interpretação histórica, O Golpe Silencioso relata um dos mais decisivos capítulos de nossa história política e constitui preciosa contribuição para estabelecer a ponte entre o Brasil do passado, já superado, e o Brasil do futuro, a ser construído.

O Intelectual e o Político – Encontros com Afonso Arinos: Afonso Arinos é a mais viva emanção do congresso. De sua tribuna combateu sucessivos governos como líder da minoria. E quando a ordem legal, dilacerada, pedia posições exemplares para neutralizar a ação de um Executivo invasor e excludente. O Congresso respondeu à dureza do embate com as atitudes paradigmáticas de seus líderes. Afonso Arinos foi, sem dúvida, um deles.

Oswaldo Aranha – A Estrela da Revolução

O personagem Oswaldo Aranha desafia o leitor a múltiplas e desafiantes interpretações retratadas pela cientista política Aspásia Camargo, pelo embaixador e historiador João Hermes Pereira de Araújo e o economista Mario Henrique Simonsen.

Problemas Brasileiros – O Novo Pacto Federativo

Nesse livro Aspásia Camargo fala sobre “O novo pacto federativo”, em reunião realizada em 18 de janeiro de 1995, na sala executiva da Fiesp/Ciesp. No texto, Aspásia afirma que “não será apenas com a mudança tópica ou setorial que se poderá encaminhar uma grande reforma, que mexa e balance estruturas muito mais antigas das que essas que praticamente estão se dissolvendo e desarticulando diante de nossos olhos. Trata-se de uma engenharia política que vem do século XIX e que tem a ver com a própria filosofia que presidiu a criação do Estado brasileiro e que, na verdade, nunca foi desmontada, nem mesmo nos momentos em que o sistema pendeu para uma estrutura regionalizada ou mais descentralizada”.

ANEXO II

Quadros comparativos de vereadoras eleitas na Cidade do Rio de Janeiro (Eleições de 2008, 2012, 2016 e 2020)

Nas Eleições Municipais de 2008, apenas 13 mulheres são eleitas vereadoras, o que corresponde ao percentual aproximado de 26%.

Vereadoras, Partido/ votos	Perfil
Lucia Helena Amaral Pinto PSDB, 68.799	Política, ativista histórica do Movimento Popular Organizado; uma das fundadoras do PDT.
Rosa Fernandes DEM, 64.259	Psicóloga, filha de Pedro Fernandes (eleito 10 vezes para o cargo de deputado estadual na ALERJ); mãe de Pedro Fernandes (Dep. Estadual em 2006, 2010 e 2014).
Clarissa Garotinho PMDB, 42.062	Jornalista, filha dos ex-governadores fluminenses Anthony e Rosinha Garotinho e irmã do prefeito de Campos Wladimir Garotinho.
Aspásia Camargo PV, 31.880	Sociólogo, ambientalista, ver perfil selecionado.
Teresa Bergher PSDB, 31.375	Profª começou a fazer política ao lado de seu marido, o falecido deputado Gerson Bergher. Foi subprefeita de Copacabana e administradora regional da Maré
Andrea Gouveia PSDB, 28.213	Jornalista, casada com o empresário Jorge Hilário Gouvêa Vieira, irmão de Eduardo Eugênio Gouvea Vieira, presidente da Firjan
Vera Lucia Lins PP, 23.528	Advogada, casada com o Deputado Estadual Dionísio Lins
Carmen Guimarães (Carminha Jerominho) PT do B, 22.068	Dentista e Empresária. Filha de Jerônimo Guimarães, condenado por ser um dos fundadores da milícia Liga da Justiça; sobrinha do Deputado Estadual Natalino Guimarães; presa em 2008 e em 2021
Patrícia Amorim PSDB, 21.240	Ex-nadadora, Ex-Presidente do Flamengo (2010-2012), Subsecretaria de Esportes e Lazer (gestão Crivella
Nereide Pedregal PDT, 19.562	Empresária Casada com o Deputado Estadual Antônio Ferreira Pedregal Filho; vínculo com igrejas evangélicas
Tania Bastos PRB, 15.742	Pastora, Direitos dos Autista e das Pessoas com Deficiências; Direitos da Mulheres; Valores Cristãos e da Família (contra a Ideologia de Gênero)
Liliam Sá PR, 15.742	Teóloga, Missionária, Jornalista, criou a Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro; vínculo com Igreja Presbiteriana.
Cristiane Brasil PTB, 14.583	Advogada. Filha de Roberto Jefferson; Secretária Especial do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida na cidade do Rio de Janeiro. Presa em 2020

Já nas eleições de 2012, o número de vereadoras eleitas caiu para 08, o que equivale ao percentual aproximado de 16%, sendo que do total 05 foram reeleitas.

Vereadora	Partido/ votos	Perfil
Rosa Fernandes	PMDB, 68.452	Reeleita.
Vera Lins	PP, 31.827	Reeleita
Veronica Costa	PR, 31.515	Conhecida por ser uma das principais responsáveis pela popularização do funk no Brasil e no mundo, sendo uma das fundadoras da Furacão 2000. Desde o início de sua carreira como precursora do funk, já faz uma atuação de conscientização da população. Sua carreira política marcada pela luta dos direitos dos jovens, do empoderamento das mulheres, da luta contra qualquer tipo de violação aos direitos humanos e garantias para a comunidade LGBTQI+. http://camara.rio/vereadores/veronica-costa
Cristiane Brasil	PTB, 28.169	Reeleita
Teresa Berger	PSDB, 27.344	Reeleita
Tania Bastos	PRB 24.850	Reeleita. Ver perfil selecionado.
Laura Carneiro	PTB, 14.621	Advogada, servidora pública. Maria Laura Monteza de Souza Carneiro, filha de Nelson Carneiro, vem atuando em sua trajetória sempre em defesa de questões sociais como proteção a vítimas de violência, saúde.
Leila do Flamengo	PMDB 14.304	Dona de casa. Leila do Flamengo Maria Maywald , sua atuação na FLAMA – Associação de Moradores e Amigos do Flamengo, auxiliou na luta contra o abandono do parque culminando com sua reestruturação http://webprofissional.com.br/site3/trajetoria

Nas eleições municipais de 2016 apenas 07 mulheres se elegeram vereadoras o que corresponde aproximadamente a 15%, uma queda de representatividade em relação as eleições anteriores (2012 e 2008) e, destas, 05 foram reeleitas.

Vereadora	Partido/votos	Perfil
Rosa Fernandes	PMDB, 57.868	Reeleita.
Marielle Franco	PSOL, 46.502	Socióloga. Ver perfil selecionado.
Vera Lins	PP, 36.117	Reeleita
Teresa Bergher	PSDB, 30.566	Reeleita
Tânia Bastos	PRB, 22.930	Reeleita. Ver perfil selecionado
Verônica Costa	PMDB, 19.946	Reeleita, mudança de partido
Luciana Novaes	PT, 16.679	Assistente Social, pós graduada em Gestão Política, vítima de bala perdida aos 19 anos dentro da universidade, tornou-se a 1ª tetraplégica a ser

		vereadora no Rio, de 2016 a 2020, defende direitos das pessoas com deficiência.
--	--	---

As eleições de 2020 o número de mulheres eleitas aumentou em comparação com as eleições de 2016 para 10 Vereadoras.

Vereadora Partido/votos	Perfil
Rosa Fernandes PSC, 26.409	Reeleita, mudança de partido
Tainá de Paula PT, 24.881	Arquiteta e urbanista, especialista em Patrimônio Cultural pela Fundação Oswaldo Cruz e Mestre em Urbanismo pela UFRJ. Tainá Reis De Paula Kapaz, ativista das lutas urbanas, Atuou em diversos projetos de urbanização e habitação popular, realizando assistência técnica para movimentos de luta pela moradia como União de Moradia Popular (UMP) e Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST). https://itdpbrasil.org/sobre-taina-de-paula/
Monica Benício PSOL, 22.919	Arquiteta urbanista, Mestra em Arquitetura, na área de "Violência e Direito à Cidade. Monica Tereza Azeredo Benicio, Militante de direitos humanos e ativista LGBTI+, viúva de Marielle Franco. http://www2.camara.rj.gov.br/vereadores/monica-benicio
Teresa Berger Cidadania, 21.131	Reeleita, mudança de partido. É reconhecida como a mais rigorosa fiscal da execução orçamentária do Município. http://www.camara.rio/vereadores/teresa-bergher
Vera Lins PP, 19.242	Reeleita.
Tânia Bastos Republicanos, 19.027	Reeleita. Ver perfil selecionado
Verônica Costa DEM, 17.939	Reeleita, mudança de partido. Atualmente é Presidente da Comissão de Prevenção às Drogas e Vice-Presidente da Comissão de Defesa da Mulher. http://camara.rio/vereadores/veronica-costa
Luciana Novaes PT, 15.311	Reeleita, porém seu <u>status atual é de suplência</u> . Decisão do TSE que devolveu ontem (17) a Lindbergh Farias (PT) o direito de exercer o mandato de vereador para o qual foi eleito no Rio de Janeiro, levou Luciana Novaes à suplência. https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/12/mesmo-com-vitoria-de-lindbergh-numero-de-vereadores-do-pt-no-rio-nao-se-altera/
Laura Carneiro DEM, 14.646	Advogada, Atual secretária municipal de Assistência Social, coautora do Estatuto do Idoso. https://lauracarneiro.com.br/
Thais Ferreira PSOL, 14.284	Especialista em políticas públicas para Primeira Infância e Saúde das Mulheres. Thais de Souza Ferreira, sua atuação é coletiva e com foco nas pautas de Primeira Infância, Cultura e Economia Criativa, Direito à Cidade, Educação e Combate Irrestrito ao Racismo. E seu compromisso é com a garantia de dignidade para todas as pessoas desde o começo da vida. http://www.camara.rio/vereadores/thais-ferreira

ANEXO III

Carta de Princípios do Movimento Cristão em Defesa da Família, denominado “Movimento Família”⁵²

tem por finalidades:

1. Afirmar, primeiramente, que a Bíblia, nossa única regra de fé e de prática, é a Palavra de Deus e autoridade fiel e suprema sobre todos os assuntos relacionados ao tema FAMÍLIA.
2. Definir, a partir dos princípios e valores bíblicos, que a família tem sua origem no casamento, que é uma aliança heterossexual, exclusiva entre um homem e uma mulher, ordenada e selada por Deus, antecedida da permissão pública dos pais, consumada na união sexual, que resulta em uma parceria permanente e de apoio mútuo e que, normalmente, é coroada pela dádiva de filhos. (grifos nossos)
3. Declarar que a definição original bíblica de família é a tradicional, formada por um casal heterossexual casado, com seus filhos naturais ou adotivos, juntamente com ramos familiares constituídos de todas as famílias descendentes de antepassados comuns.
4. Fiscalizar propostas, projetos e leis que tenham por finalidade desconstruir a importância da família, que é a principal instituição responsável pela formação da nossa personalidade, caráter, temperamento, valores e pela estrutura geral da nossa vida, incluindo todo o processo psicológico, moral, ético e espiritual.
5. Manifestar, sempre que necessário, seu posicionamento contrário a todo e qualquer movimento e/ou filosofia que tente denegrir ou desqualificar a família.
6. Lutar pela proteção à vida de forma geral, inclusive a uterina.
7. Denunciar e combater a violência doméstica e familiar, o abuso e a exploração de menores e a proliferação das drogas.
8. Manter sempre uma postura cristã, ética, equilibrada e em respeito aos diferentes pensamentos e propostas.
9. Servir às igrejas e denominações evangélicas; sugerindo propostas e ferramentas de trabalho; apoiando debates; incentivando a realização de congressos, fóruns e encontros; fornecendo materiais e documentos que apoiem à família e representando, quando solicitada, junto à sociedade brasileira em geral.
10. Investir na formação de uma geração que ame, defenda e preserve o ser humano, o casamento e a família, a fim de construir e manter uma sociedade mais justa e fraterna.

⁵² Fonte: <http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/>